

CEDES

Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa

Colecção

Documentos de Trabalho

nº 70

*Carlos Sangreman, Fernando Sousa Jr,
Guilherme Zeverino, Miguel Barros*

***A evolução política recente na
Guiné-Bissau:***

-As eleições presidenciais de 2005

-Os conflitos

-O desenvolvimento

- A sociedade civil

Lisboa
2006

*O CEsA não confirma nem infirma
quaisquer opiniões expressas pelos autores
nos documentos que edita.*

A evolução política recente na Guiné Bissau
- as eleições presidenciais de 2005 -
- os conflitos -
- o desenvolvimento -
- a sociedade civil -

CARLOS EDUARDO SANGREMAN

FERNANDO SOUSA JÚNIOR

GUILHERME JORGE RODRIGUES ZEVERINO

MIGUEL MARCOS JOSÉ DE BARROS

Dezembro 2005

Resumo

O objectivo do conjunto de textos é contribuir para a identificação de algumas das principais razões sociais e políticas da realidade da Guiné – Bissau que foram determinantes no comportamento eleitoral que levou à eleição em 2005 de João Bernardo Vieira “Nino” para a presidência da República contra o candidato indicado e apoiado pelo PAIGC, Malam Bacai Sanhá.

Procurámos aliar o conhecimento anterior do país, por actividade académica e por trabalho técnico no terreno em diferentes ocasiões, à observação atenta do processo eleitoral, incluindo a presença de dois dos membros da equipa de autores na Missão de Observação da comunidade internacional nas eleições, para analisar vários aspectos da evolução daquele país que se consideram relevantes para que a população de cerca de 600.000 eleitores elegeassem Nino Vieira presidente, depois de ter perdido uma guerra civil de onze meses e de um exílio em Portugal desde 1999.

O processo de evolução do desenvolvimento humano e sustentado, o papel da sociedade civil nesse processo e os conflitos sociais e militares são temas que nos parecem significativos – embora não exaustivos – para esse resultado. Temos consciência que haverá que juntar diferentes análises de investigadores de formação diversa sobre outros temas até termos uma perspectiva alargada e aprofundada em todas as vertentes possíveis da evolução do bem estar individual e colectivo da população daquele país.

As conclusões decorrem de cenários que julgamos possíveis, na data em que escrevemos, para um futuro próximo e que iremos completando à medida que se desenvolver a nossa percepção da realidade com contributos de outros autores em articulação ou não com a presente equipa.

Para estes textos dispomos dos resultados agregados por candidato presidencial das eleições de 1994, 1999 e 2005, bem como da sua desagregação por regiões na segunda volta. Dispomos também de acesso a bibliografia de autores guineenses e de outras nacionalidades sobre o fenómeno eleitoral, o desenvolvimento, os conflitos, a sociedade civil e do nosso próprio conhecimento da realidade do país. Não conhecemos inquéritos de opinião sobre o comportamento eleitoral no país. A investigação que fizemos sobre as sondagens realizadas na campanha de 2005 revela que estas eram apenas acções de propaganda de diferentes candidaturas e não seguiam qualquer metodologia que permitisse considerá-las a expressão de alguma representatividade.

Palavras chave (Key words)

Guiné-Bissau, eleições, desenvolvimento, conflitos, elections, development, conflicts

**A VOLATILE GUINEA?
A SOCIAL STUDY OF ELECTORAL VOLATILITY IN GUINEA-BISSAU
(1994-2005)**

What were the decisive social and political reasons – in the reality of Guinea-Bissau – for the electoral behaviour which led to the election, in 2005, of João Bernardo Vieira « Nino » for President of the Republic as an independent candidate ? The article attempts to relate the historical integration of the country in the sub-region of Western Africa, the struggle for national freedom, the objectives of the independence, unity and development of the PAIGC, with the motivations of voters with regard to each of the candidates in the second round of the elections of 1994, 1999 and 2005.

The process by which sustainable and human development has evolved, the role of civil society in this process, and military conflicts are also components that should be taken into account. The conclusions in this research have been drawn up in the form of scenarios– stability, controlled instability and suicidal chaos– for the near future.

**UNE GUINEE VOLATILE ?
UNE ETUDE SOCIALE DE LA VOLATILITE ELECTORALE EN GUINEE-
BISSAU (1994-2005)**

Quelles ont été les raisons sociales et politiques déterminantes, dans la réalité de la Guinée-Bissau, dans le comportement électoral qui a mené à l'élection en 2005 de João Bernardo Vieira "Nino" à la présidence de la République, comme candidat indépendant ? L'article cherche à mettre en relation l'insertion historique du pays dans la sous-région d'Afrique occidentale, la lutte de libération nationale, les objectifs de l'indépendance, de l'unité et du développement du PAIGC, avec les motivations du vote des électeurs relativement à chacun des candidats maintenus au second tour des élections de 1994, 1999 et 2005.

Le processus d'évolution du développement humain et soutenable, le rôle de la société civile dans ce processus, et les conflits militaires, sont aussi des composantes dont il faut tenir compte. Les conclusions de la recherche ont été établies sous forme de scénarios – stabilité, instabilité contrôlée et chaos suicidaire – pour le futur proche.

PARTE I

As eleições presidenciais de 2005

Introdução

A Guiné-Bissau é um pequeno Estado africano que contrariamente à sua dimensão sempre foi dos territórios coloniais dos que maior resistência apresentou ao poder colonial português, conforme documentaram diversos autores¹.

Apesar da luta de libertação nacional ter sido a mais longa das antigas colónias, a Guiné-Bissau foi a primeira colónia portuguesa a proclamar, unilateralmente, a Independência, no dia 24 de Setembro de 1973, só reconhecida por Portugal a 11 de Setembro de 1974, é actualmente o Estado lusófono que ocupa a posição mais baixa no Índice de Desenvolvimento Humano². A este facto não serão, por certo, indiferentes os sucessivos acontecimentos políticos, económicos e sociais que têm marcado de forma indelével e, simultaneamente, condicionado o desenvolvimento do país. Cerca de três quartos dos seus 1,4 milhões de habitantes são atingidos pelo fenómeno de pobreza³.

Nos últimos 15 anos, a Guiné-Bissau viveu várias, apressadas e tumultuosas transformações políticas, num contexto marcado pela ploriferação de partidos políticos, Organizações Não Governamentais (ONG's), Sindicatos..., fruto da própria natureza do partido único que transformava a mobilização numa participação controlada e dirigida.

1. OS DADOS DE BASE

Para a análise que queremos efectuar do comportamento eleitoral nas presidenciais dos eleitores da Guiné – Bissau é conveniente clarificar desde já três elementos base:

Primeiro, as taxas de participação no acto de votar mantêm-se nos anos de 1994, 1999 e 2005 em valores muito altos seja qual for o padrão de referência, como se pode verificar no Quadro 1.

¹ Cf. Pélissier (2001); Nóbrega (2003).

² ONU (2005) *Relatório de Desenvolvimento Humano 2005*. Segundo o IDH, criado pela ONU para avaliar o bem-estar humano, a Guiné-Bissau encontra-se em 172º lugar num total de 177.

³ Não cabe aqui a análise detalhada do que é a pobreza e das suas diversas formas, mas pode definir-se de um modo algo simplista que é um fenómeno multidimensional que se reflecte na ausência de oportunidades e capacidades para os indivíduos definirem o seu próprio destino, em termos económicos, sociais, de cidadania, ou outros. Ver Sen (1999) e (2004); Sangreman (2003) e OIT (2003).

Tabela I - PARTICIPAÇÃO ELEITORAL

ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS	1994	1999	2005
Eleitores inscritos	400.417	502.678	538.472
Votantes 1ª volta	357.682	371.025	471.843
Taxa de participação	89,3 %	73,81 %	87,6 %

Fonte: Resultados eleitorais, Comissão Nacional de Eleições, República da Guiné - Bissau

Interpretamos esta afluência às urnas como a permanência, em trinta anos de independência, na identidade colectiva da população guineense da convicção de que o voto é uma acção social que devem assumir.

Com a deterioração progressiva da estrutura e da capacidade organizativa do PAIGC de funcionar como meio de exercício de poder⁴, através de comités de tabanca e de bairro ou organizações regionais e sectoriais e sem existir um processo de substituição por parte de outros partidos, a população parece ter assumido que o voto em urna continua a ser um meio a utilizar de expressão das suas escolhas políticas.

Em segundo lugar, a composição etária dos eleitores elaborada a partir do recenseamento eleitoral de 1999 é a que se pode ler no Quadro 2, e diz – nos que 42,9 % das pessoas que podiam votar tinham no máximo cinco anos no ano em que terminou a guerra pela independência e 37,2 % tinham entre 5 a 24 anos.

Tabela II - A IDADE DOS ELEITORES

ESCALÕES ETÁRIOS	PERCENTAGEM EM 1999	ESCALÕES ETÁRIOS	PERCENTAGEM EM 1999
< 30	42,9	50 – 59	9,5
30 – 49	37,2	+ 60	10,4

Fonte: Resultados eleitorais, Comissão Nacional de Eleições, República da Guiné - Bissau

Com uma esperança média de vida de 44,7 anos (IDH,2005), o número de pessoas sem memória directa da época colonial aproxima – se da maioria simples tornando o conjunto dos eleitores guineenses cada vez menos sensível às referencias históricas dos candidatos sobre a sua participação na luta pela independência constantes dos discursos de campanha dos mais votados. A taxa de analfabetismo de 60,4 % para pessoas maiores de 15 anos e um consumo de energia de 41 kilowatts hora, em 2002, quando a média dos países menos desenvolvidos é de 106 (IDH, 2005), são também uma condicionante forte para a compreensão e simples recepção das alternativas que os candidatos propõem.

Em terceiro e último lugar o processo de evolução do sistema político guineense tal como o dos restantes PALOP⁵ seguiu genericamente os padrões dos restantes países

⁴ Cujá evidência aos olhos da população Koudawo, F. (1994) associa ao timing da abertura partidária. Ou seja este autor afirma indirectamente que a população interpretou a abertura partidária como uma demonstração do falhanço pelo PAIGC da sua capacidade para liderar a promoção do desenvolvimento.

⁵ Embora com ritmos muito diferentes. Em Angola e Moçambique não houve qualquer alternância de poder, enquanto Cabo Verde ou São Tomé e Príncipe já diferentes partidos já venceram eleições.

africanos depois da Grande Guerra de 1939-45⁶, mas com um desfasamento temporal que se pode constatar no Quadro 3 nas datas de independência. Note-se no Quadro as datas de eleições multipartidárias posteriores a 1989/1990, ou seja depois da lógica mundial de equilíbrios geoestratégicos ter mudado radicalmente pela desagregação da URSS. Se calcularmos um Índice de funcionamento do Sistema Eleitoral (ISE)⁷ verificamos que para os países vizinhos da Sub Região o sistema eleitoral da Guiné Bissau a partir de 1989 está acima da média juntamente com o Senegal. Podemos afirmar que a Guiné – Bissau realizou mais rapidamente o percurso de conquista da independência com Partido único, eleições multipartidárias com vitória com maioria absoluta expressiva de um só Partido, alternância entre um pequeno número de partidos, num contexto internacional diferente dos países que iniciaram esse processo na década de sessenta.

Tabela III - ÍNDICE DE SISTEMA ELEITORAL DA SUB-REGIÃO, POR DATAS DE INDEPENDÊNCIA E DE ELEIÇÕES MULTIPARTIDÁRIAS

PAÍSES – DATA DE INDEPENDÊNCIA	DATA DE ELEIÇÕES LEGISLATIVAS MULTIPARTIDÁRIAS	ÍNDICE DE SISTEMA ELEITORAL INDEPENDENCIA-2004	ÍNDICE DE SISTEMA ELEITORAL 1989-2004
Gâmbia – 1965	66 72 77 82 87 92 97	89,7	66,7
Senegal – 1960	83 88 93 98 01	56,8	100,0
Guiné - Bissau - 1973 *	94 99 05	50,0	100,0
Guiné – Conacry - 1958	95 02	21,7	66,7
Mali – 1960	92 97	22,7	66,7

Fonte: Mozaffar, S. e Scarritt, J.R. (2005) para as datas de eleições com excepção da Guiné – Bissau; Africa South of Sahara, 1997 (1999) para as datas de independência. Metodologia e cálculo do Índice dos autores.

Nota: * Durante a guerra de libertação foi declarada pelo PAIGC a independência em 1973. Em 1974 foi reconhecida por Portugal.

2. AS DETERMINANTES DO COMPORTAMENTO ELEITORAL GUINEENSE

As questões que Alain Touraine (1965) coloca na sua análise da acção social – Quem somos ? Pelo que lutamos ? Contra quem lutamos ? – podem servir de ponto de partida para tentarmos entender o comportamento eleitoral guineense nas presidenciais.

Quem somos ?

A resposta a esta questão passa, na nossa opinião, por esclarecer que a identidade colectiva do país tem duas componentes históricas que estão presentes de vários modos na sociedade de uma forma mais ou menos clara e influenciam o voto.

A primeira - bem analisada por Carlos Lopes em 1999 - que referiremos como a componente base de longo prazo, tem a ver com a formação do espaço kaabunké. A divisão do território na fronteira Norte que passou a considerar Casamance como parte do Senegal, em 1886, a invasão fula e a guerra que levou ao fim do Reino do Gabu – veja-se Niane, D.T. (1989), Pélissier, R. (1989), Mendy, P.K. (1994), Lopes, C. (1999) - estão ainda presentes na memória colectiva suficientemente para que as

⁶ Veja-se artigo e fontes respectivas de Carbone, G.M. (2005)

⁷ Seja $N_{id} = (\text{ano } t - \text{ano } k) / a_e$ com a_e a frequência legal no país para realização de eleições, e $t > k$; seja N_e o número de actos eleitorais multipartidários realizados; então $ISE_{(t-k)} = N_e / N_{id} * 100$. Um indicador deste tipo mede o afastamento em relação a 100 podendo ser inferior, igual ou superior.

clivagens entre vencidos e vencedores tenham peso na hora de votar. Como afirma Lopes, C. (1999) “O Kaabú ..., resulta de uma herança de séculos e não de uma dezena de anos, é um elemento fundamental para interpretar as interações dos diferentes grupos (étnicos, sociais, classes) na Guiné – Bissau, Gâmbia e Casamance”. Nóbrega, A (2005) escreve que Ansumane Mané, enquanto chefe militar vitorioso, depois da guerra civil de 1998/99 não visitou nem uma única tabanca fula, querendo assim dizer que a derrota dos Mandingas e dos seus aliados estava ainda presente na sua memória.

Igualmente as acções que visem ajudar as pessoas do outro lado da fronteira são objecto de um consenso social que ultrapassa a lógica da formação das relações entre Estados e atravessa vários níveis sociais desde os vizinhos da mesma etnia até à lógica do apoio dos governantes aos movimentos que reivindicam a separação do Senegal e à ajuda prestada por estes a um dos lados envolvidos na guerra civil de 1998/99.

A segunda componente base que referiremos como de médio prazo, tem a ver com a formação do Estado Guineense a partir da luta armada dirigida pelo PAIGC.

O PAIGC, sendo um movimento de libertação nacional, exerceu uma liderança da luta pela independência elegendo três objectivos de síntese de mobilização da população para o apoio que necessitava a sua acção: 1- a independência; 2- o desenvolvimento; 3- a unidade de todos os que viviam no território colonizado pelos portugueses, não questionando as fronteiras coloniais.

Desses objectivos, o 3º remete directamente para a identidade nacional. Amílcar Cabral em 1969 considerava “qualquer que seja o grupo étnico é fácil levar as pessoas a considerar que somos um povo, uma nação,...” “o que subsistia de tribalismo foi destruído pela luta armada que conduzimos.” “Só os oportunistas políticos são tribalistas” (Cabral, A., 1974).

Note-se que outros membros da direcção do PAIGC não tinham a mesma visão das clivagens étnicas. Manuel dos Santos afirmava “A luta armada de libertação nacional ao promover um certo grau de unidade das populações da Guiné em volta de um objectivo comum – a luta contra o colonialismo português -, criou importantes laços de solidariedade e interdependência entre os diferentes grupos, mas, contrariamente ao que muita gente afirma, não realizou a unidade nacional, nem engendrou a Nação guineense. Construiu, sim, as suas bases, os seus fundamentos, os alicerces da Nação e criou as condições necessárias mas não suficientes ao seu aparecimento.” (in A construção da Nação em África, INEP, 1989).

Mas seja qual for a posição assumida pelos dirigentes na luta e na construção da Nação e do Estado guineense todas consideram as clivagens de origem étnica como inimigas desse processo. Tal componente estrutural⁸ influencia necessariamente o comportamento eleitoral dos guineenses e os candidatos à presidência afirmaram a necessidade dessa união em vários momentos da campanha eleitoral.

Todavia não pensamos que a composição étnica de qualquer país seja um factor irrelevante para o comportamento eleitoral, como, aliás, a maioria dos autores que escreve sobre o tema considera⁹.

Para mais a informação dos eleitores, limitada pela instrução e pelas condições de acesso a energia e portanto à tecnologia de comunicações, acentua a possibilidade de

⁸ No sentido em que faz parte da estrutura social, independentemente da importância na definição do comportamento eleitoral.

⁹ Vejam-se os autores que Ferree, K. (2005) refere como os clássicos deste tema desde 1956.

ser influenciada pelos laços étnicos e pela hierarquia inerente de respeito pelos mais velhos.

A convicção de que o processo de formação da decisão de voto de todos os eleitores numa tabanca é tomada pelos “anciãos, ritualistas, régulos e líderes religiosos” (Nóbrega, A., 2005) aponta claramente para alguma colectivização do voto pelo critério étnico. Mesmo autores como Koudawo, F. não apoiam as teses que defendem um peso decisivo desse critério (a não ser para a etnia papel na região do Biombo) mas também não defendem que tal critério de escolha não tenha importância na decisão de voto.

Pelo que lutamos ?

Retomando os objectivos do PAIGC durante a luta - independência; desenvolvimento; unidade – analisemos o que o primeiro pode significar no processo de decisão de voto.

A independência para o PAIGC sempre foi um objectivo de luta equiparado ao fim do domínio colonial. Dada a relação de apoio à luta que a Guiné – Conacry e o Senegal sempre expressaram, não encontramos na obra de Amílcar Cabral nenhuma referência significativa de que o processo de conseguir a independência pudesse continuar depois da saída dos portugueses. Sabemos hoje que a mudança de poder político do 14 de Novembro de 1980, foi interpretado como um reajuste do poder conquistado na independência, atribuindo mais poder aos dirigentes guineenses em detrimento dos caboverdianos. Podemos também analisar como uma perda gradual de independência o processo de diminuição progressiva de autonomia na definição da política económica e social que se desenvolve sobretudo a partir de 1986 com a aceitação pelo poder nacional dos programas de ajustamento estrutural e de estabilização (Proença, C.S., 2003), preconizados pelo FMI e BM.

Mas pensamos que este último processo é pouco perceptível pela generalidade da população e portanto a razão de luta – independência nacional - faz parte do passado e funciona a favor dos candidatos que contribuíram para a guerra de libertação e para o 14 de Novembro, mas tende a esbater-se nas gerações mais novas.

Na guerra de 1998/99 a intervenção senegalesa e guineense (Conacry) poderia ter criado uma nova importância eleitoral do objectivo de independência nacional. Mas os autores que analisam o conflito não dão peso a esse factor (veja-se o ponto correspondente neste artigo), e a vitória militar sobre as forças estrangeiras apenas reforçou a identidade guineense, diminuindo o peso político negativo que o então presidente Nino Vieira poderia carregar por ter chamado em seu socorro os exércitos vizinhos.

O objectivo que nos parece decisivo para as escolhas eleitorais na definição daquilo “por que lutamos” é o desenvolvimento. As promessas de alcance de níveis de vida melhores foram uma constante nos textos de Amílcar Cabral, bem como nos discursos de todos os níveis de poder depois da independência. O balanço dos 3 anos de independência (Moita, 1976) feito por uma ONG portuguesa – o CIDAC – após uma visita ao país com múltiplos contactos, é bem significativo da expectativa da população em geral e dos militantes do PAIGC em particular de conseguirem proporcionar a si e aos seus descendentes o acesso a bens de consumo privado e a bens públicos que não tinham conseguido antes. Estes últimos incluíam a continuação do prestígio

internacional construído pela direcção do PAIGC durante a luta de libertação bem como o fim definitivo dos conflitos armados no território.

A distribuição de bens de consumo / “compra” de votos, que os candidatos (partidos ou individuais) com posses fazem nas povoações por onde se deslocam em campanha eleitoral está enquadrada na tentativa de influenciar o comportamento de voto com a demonstração que esse partido ou candidato pode conseguir acesso a esse tipo de recursos mais facilmente que outros.

O falhanço do objectivo genérico do desenvolvimento, sentido por qualquer elemento da população face ao acesso a bens de consumo corrente, estado da saúde, educação, estradas, conflitos, etc., torna-se um dos principais critérios de escolha de partidos ou candidatos presidenciais.

Contra quem lutamos ?

Não há no discurso político dos candidatos à presidência um inimigo identificado claramente. Os candidatos lutam contra quem acham que não é capaz de assegurar o progresso / desenvolvimento tão bem como eles.

As eleições realizadas antes da independência (na descrição de Amílcar Cabral) defendiam um processo de escolha de entre candidatos propostos pelo PAIGC, não havendo durante a luta, perspectiva de disputa eleitoral entre partidos ou entre candidatos individuais (Cabral, A., 1974) tal como se processa na actualidade.

Julgamos que essa cultura ainda permanece nas campanhas e os candidatos procuram evitar definir os opositores como inimigos. A definição “contra” faz-se em relação a uma possível quebra da unidade nacional e da paz e pela afirmação da incapacidade do opositor de conseguir desenvolver o país.

3. OS INDICES DE VOLATILIDADE ELEITORAL NA GUINÉ – BISSAU

A volatilidade nas eleições presidenciais na Guiné- Bissau, seguindo a metodologia de Pedersen, M.N. (1979), é um índice que procura quantificar o conceito do deslocamento de votos entre partidos em diferentes eleições. Ou seja, procura medir a fidelidade do eleitorado, expressando numa escala as variações de percentagem de votos conseguida por cada formação partidária.

Os autores que conhecemos¹⁰ calcularam este índice para eleições legislativas, tendo determinado em geral uma mais baixa volatilidade dos Estados europeus e da América do Norte com sistemas eleitorais estabilizados e uma mais alta volatilidade nos países em desenvolvimento da América Latina ou dos países de Leste ex-URSS. Para a África SubSaariana, Kuenzi e Lambright (2001) calcularam uma volatilidade média para trinta países africanos de 28 % com vários países a atingir 50 %. Mozaffar, S. e Scarritt, J.R. (2005) quatro anos depois para 91 actos eleitorais encontraram uma média de volatilidade eleitoral de 30,07 % e Carbone, G.M. (2005) refere 31,3 % para uma amostra mais restrita.

¹⁰ Veja-se Karren Ferree (2005) e fontes citadas.

Neste artigo procurámos aplicar esse conceito às eleições presidenciais tomando os candidatos comuns a mais de uma eleição. Os valores constam do Quadro 4.

As conclusões que podemos tirar são de uma volatilidade baixa quando comparada com o mesmo indicador para eleições legislativas das médias referidas. Mas também uma subida de 1994 para 1999 e deste ano para 2005, revelando uma procura de voto por parte dos eleitores com diminuição da fidelidade aos candidatos.

Na segunda volta¹¹, é de realçar os dados das regiões com maiores variações como:

- Bolama e Biombo, onde o comportamento eleitoral estabiliza o voto no candidato Malan Bacai Sanhá (1999 e 2005) e desloca-se para o outro candidato seja ele Koumba Yala ou Nino Vieira, favorecendo este último se a escolha for entre os dois.
- Bissau, onde Nino Vieira tem uma percentagem relativamente estável mas perdendo sempre por pequena diferença para o outro candidato.

Pode-se ainda afirmar que as regiões onde os candidatos podem esperar menor variação de comportamento eleitoral são o Oio, Tombali e Quínara. As regiões de Bafatá e Gabú, com maior predominância das etnias Fula e de religião Muçulmana, têm no conjunto dos actos eleitorais um comportamento de variação média.

Tabela VI - ÍNDICES DE VOLATILIDADE NACIONAL NA PRIMEIRA VOLTA E POR REGIÕES NA SEGUNDA VOLTA

ÁREA \ PERÍODOS ELEITORAIS	94/99	94/05	99/05
Nacional	9,4	11,0	20,1
Regiões			
Tombali	5,7	6,5	6,2
Quínara	5,0	9,8	6,5
Oio	2,1	4,2	9,8
Biombo	33,5	7,0	1,6
Bolama	30,2	11,7	0,1
Bafatá	9,7	16,0	6,6
Gabu	16,8	5,8	9,5
Cacheu	12,7	3,6	18,7
Bissau	11,3	1,5	13,0

Fonte : Quadros do Anexo e cálculos dos autores

¹¹ E portanto só com dois candidatos em cada acto eleitoral. Este indicador na prática transmite a informação da mudança de voto para cada um dos três candidatos que disputaram a segunda volta em 94 (Nino Vieira e Koumba Yalá) em 99 (Malan Bacai Sanhá e Koumba Yalá) e 2005 (Nino Vieira e Malan Bacai Sanhá), uma vez que em nenhum caso passaram os mesmos, mas sim diferentes combinações dois a dois dos três candidatos.

PARTE II

OS CONFLITOS NA GUINÉ-BISSAU

A Luta de Libertação Nacional como resultado do conflito entre o poder colonial e os autóctones

Os conflitos fazem parte integrante da história moderna da Guiné-Bissau, assumindo a forma, quer de resistência contra a sua potência colonizadora, Portugal, quer de lutas e tensões de ordem interna, entre diversas tendências políticas, baseados na luta pelo poder.

O nacionalismo e a luta anti-colonial na Guiné e Cabo Verde estiveram profundamente ligados à figura carismática de Amílcar Cabral¹². Este dirigente africano dedicou a sua vida à libertação do seu povo e à luta contra o colonialismo português.

As Forças Armadas Portuguesas, à medida que o conflito se intensificava, foram também, e de uma forma crescente, utilizando um maior número de africanos nas suas fileiras, aproveitando o seu conhecimento do terreno, dos hábitos, das línguas e até da adaptação ao meio. A criação e o emprego de militares africanos na Guiné, nomeadamente comandos africanos, começou por ser um processo, no início da guerra, que apenas integrava um pequeno núcleo de militares africanos, de milícias e de tropas de segunda linha, que já colaboravam com as unidades metropolitanas. Estes militares iriam ser, na fase pós-independência, uma das fontes de conflito entre guineenses.

Conflitos no seio do PAIGC - Congresso de Cassacá

Em 1961, Amílcar Cabral tentou conciliar as várias formações nacionalistas existentes na Guiné. Deste modo, tentou unir o PAIGC com a União dos Povos da Guiné (UPG) liderada por Henry Labery e o Movimento de Libertação da Guiné (MLG) de François Mendy Kankoila. No entanto, estes três movimentos entregaram-se a renhidas e duras batalhas verbais, principalmente sobre o tema das relações entre a Guiné e Cabo Verde. Por um lado, havia a existência de pequenos grupos que não queriam nada com Cabo Verde; por outro, o PAIGC insistia na tónica da unidade dos dois povos e territórios.

Em Fevereiro de 1964, o PAIGC realizou o seu I Congresso em Cassacá, na zona de Cacine. O objectivo deste congresso foi o de clarificar posições e unificar o

¹² Amílcar Cabral (1924-1973) ocupou um dos mais importantes lugares entre todos os dirigentes nacionalistas das colónias portuguesas. Os seus princípios procuraram ser claros tanto quanto à Guiné, como aos povos dos outros territórios portugueses, tendo orientado o seu pensamento e acção por duas ideias fundamentais: a luta nacionalista fazia-se contra o regime português e não contra o povo português, também ele vítima da ditadura; e a luta contra o regime português era a luta comum dos nacionalistas de todas as colónias portuguesas. Aniceto Afonso & Carlos Matos Gomes, *Guerra Colonial*, Lisboa, Diário de Notícias, 1999, p. 10.

Partido. Neste Congresso foi criado o Conselho Supremo da Guerra, órgão responsável pela condução da guerra. Foi também nesta altura que surgiram as Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP).

O Congresso de Cassacá foi ainda marcado pelo conflito entre os que concebiam o Partido como um projecto sério, um instrumento de libertação do povo guineense, e os que estavam predispostos a servir-se do partido para a realização de desejos pessoais.

Após importantes vitórias militares, o PAIGC sofreu um duro golpe a 20 de Janeiro de 1973 com o assassinato de Amílcar Cabral, tendo surgido várias versões para tentar explicar este assassinato¹³. Cabral foi morto em Conakry por Inocêncio Kani, um comandante naval guineense do PAIGC. Rivalidades entre guineenses e caboverdianos, inteligentemente aproveitadas pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), podem ter estado na origem do assassinato. No entanto, continua a ser um mistério sobre quem o mandou matar, quem, nos bastidores, preparou e organizou o crime e tentou um golpe de estado no partido. Terá sido uma facção guineense e negra, que não aceitava a liderança dos caboverdianos e mestiços? Qual o papel do Presidente da República da Guiné, Sékou Touré, que não lidava bem com a crescente projecção internacional de Cabral e a sua ligação à cultura portuguesa? E da PIDE, que se infiltrara na direcção do PAIGC e que tudo fizera para eliminar o principal inimigo do regime? E, qual o papel dos militares portugueses, que anos antes tinham invadido Conakry? Tudo perguntas ainda sem respostas, que não cabem no âmbito deste estudo, a não ser pelo facto de mais uma vez porem em evidência os constantes conflitos em que o PAIGC se foi envolvendo.

Na sequência da revolução de 25 de Abril de 1974, Portugal, através da Lei n.º 7/74¹⁴, reconheceu o PAIGC como único e legítimo representante do povo da Guiné-Bissau e, nessa qualidade, iniciou negociações com vista à celebração de um acordo que formalizasse a independência do território. As negociações foram rápidas e a 26 de Agosto de 1974 foi assinado o Acordo de Argel. A transformação do PAIGC de movimento de libertação em partido dirigente da Guiné-Bissau trouxe alguns problemas de adaptação, agravados pelo conflito latente entre caboverdianos e guineenses e pela existência de uma camada da população, nomeadamente em Bissau e Bafatá, que não apoiava o Partido. O III Congresso do PAIGC, realizado em 1977, não foi capaz de resolver estes problemas.

Por ter sido o único movimento que assumiu de uma forma estruturada a luta pela libertação nacional, não permitindo espaço para a actuação de outros movimentos independentistas, os quadros do PAIGC chegaram à independência política constituindo-se como a única elite do poder competente para assegurar as tarefas de reconstrução do país. O poder e as posições principais foram arrebatadas por pessoas

¹³ José Pedro Castanheira, *Quem Mandou Matar Amílcar Cabral?*, Lisboa, Relógio de Água Editores, 1995, p. 167.

¹⁴ A Lei Constitucional n.º 7/74 foi promulgada a 27 de Julho e foi tornada extensiva às Províncias Ultramarinas, pela Portaria n.º 790/74, de 8 de Agosto. Esta Lei faz o enquadramento da descolonização portuguesa. Através dela, Portugal reconhece que a solução das guerras no Ultramar é política e não militar. Ao mesmo tempo, Portugal, de acordo com a Carta das Nações Unidas, reconhece o direito dos povos à autodeterminação.

oriundas das camadas mais baixas (camponeses e assalariados), que na maior parte dos casos tiveram menos possibilidades para se educar durante o período colonial¹⁵.

O regime de Partido Único

A independência foi recebida com um entusiasmo, que se generalizou, e que por vezes se tornou inconsciente aos problemas inerentes, com esperanças e incertezas quanto ao futuro da Guiné-Bissau. A luta continuava, embora agora o inimigo já não fosse o colonialismo português; estava agora dentro da sociedade guineense, nas fraquezas das próprias instituições que, desde o princípio, não correspondiam aos objectivos a atingir nesta nova fase de luta para a construção de uma nova nação, com muitas etnias diferentes umas das outras e em que se distinguiam os guerrilheiros do PAIGC, os antigos combatentes do lado português e a população testemunha sacrificada de onze anos de conflito armado¹⁶.

O golpe de estado de 14 de Novembro de 1980

Em 1980, a situação económica na Guiné-Bissau era muito má. A diferença entre uma classe dirigente vivendo num luxo ostensivo e a população desprovida dos elementares bens de primeira necessidade era inaceitável num país que tinha efectuado inúmeros sacrifícios na luta de libertação nacional. O Estado tinha revelado uma total incapacidade de resolver os principais problemas da população, e as tarefas políticas tornaram-se cada vez mais complexas.

Apesar da rejeição de muitos dos “representantes do povo”, a Assembleia Nacional Popular, em sessão extraordinária de 12 de Novembro de 1980, aprovou o texto da nova Constituição. Este facto, adicionado ao depauperamento do país e também ao crescente mal-estar social, traduzido em desconfianças mútuas e ódios, resultantes das perseguições dos órgãos da segurança do Estado, seriam a base da crescente instabilidade política.

Neste ambiente de permanentes conflitos internos no PAIGC, a Guiné-Bissau, seis anos após a independência, conheceu um golpe de Estado a 14 de Novembro de 1980, liderado pelo então Comissário Principal, equiparado a Primeiro-Ministro, o Comandante João Bernardo “Nino” Vieira.

As razões do descontentamento de Nino Vieira relacionavam-se com a introdução de patentes militares no seio das Forças Armadas, em 1979. Os antigos combatentes sentiam uma profunda injustiça perante o sistema de cotas¹⁷, que permitia promover jovens caboverdianos recém-chegados de Portugal ou de Cabo Verde e sem nenhuma legitimidade militar a comandarem os verdadeiros combatentes da liberdade da pátria. Quanto a Nino Vieira, considerou não ter sido promovido de forma justa,

¹⁵ Carlos Cardoso, *A Formação da Elite Política na Guiné-Bissau*, Lisboa, ISCTE, 2002, p. 17.

¹⁶ Queba Sambu, *Ordem para Matar – Dos Fuzilamentos ao Caso das Bombas da Embaixada da Guiné*, Lisboa, Edições Referendo, p. 51.

¹⁷ Adoptado no III Congresso do PAIGC, em 1977, este sistema garantia aos caboverdianos o mesmo número de cargos dirigentes no partido que os guineenses.

tendo em conta o seu passado na luta de libertação¹⁸, acabando por reagir de uma forma que os juristas qualificam como de legítima defesa.

O “Movimento Reajustador” de 14 de Novembro de 1980, como ficou conhecido, soube explorar a seu benefício a velha e profunda clivagem entre as elites negras e mestiças na Guiné. O ressentimento face aos caboverdianos nasce com a história e o modelo de dominação colonial. Por causa da origem sócio-cultural e do acesso à educação de que puderam beneficiar os caboverdianos, estes colaboraram activamente com o poder colonial, tendo-se revelado como preciosos auxiliares e intermediários entre os autóctones e as autoridades coloniais na gestão da administração e na supervisão dos trabalhos forçados. Mesmo levando em conta que os mestiços forneceram aos movimentos nacionalistas os seus melhores quadros, este passado incómodo ressurgiu logo que a elite mestiça caboverdiana começou a ganhar posições depois da conquista da independência.

A Assembleia Nacional foi dissolvida e Nino Vieira assumiu a posição de Presidente do Conselho da Revolução, afastando do Partido a grande maioria dos dirigentes caboverdianos. A ala caboverdiana do PAIGC reagiu e declarou a ruptura e cisão do partido. Na sequência, foi constituído em Cabo Verde o Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV).

Na sequência do Golpe de Estado de 1980, o sonho de união entre Cabo Verde e a Guiné Bissau desapareceu de vez. O Golpe provocou o corte de relações entre os dois países.

Conflitos internos no PAIGC

Em 1985, dá-se um novo caso de conflito interno no seio do PAIGC e do Governo, com a detenção de 60 pessoas, acusadas de conspiração. Em Julho de 1986, seis dos detidos, todos militares, entre os quais o ex-Vice-Presidente do Conselho de Estado, Coronel Paulo Correia¹⁹, são mortos por fuzilamento. Os restantes detidos foram condenados a penas de prisão que variaram de 1 a 51 anos, tendo seis deles falecido na prisão.

A abertura política do regime

Em Janeiro de 1991, durante o II Congresso Extraordinário do PAIGC, o Presidente Nino Vieira anunciou o início da democratização do país, tendo para o efeito sido alterada a Constituição, de modo a permitir o pluralismo político, a liberdade de expressão, associação, reunião e de imprensa²⁰.

¹⁸ Tcherno Djaló, *Lições e Legitimidade dos Conflitos Políticos na Guiné-Bissau*, Bissau, INEP, 2000, p. 29.

¹⁹ Paulo Correia era nesta altura Ministro da Justiça e do Poder Local.

²⁰ Nesta revisão constitucional foi abolido o artigo n.º4, o qual consagrava o PAIGC como força política dirigente da sociedade e do Estado. A nova Constituição entrou em vigor a 9 de Maio de 1991. Fernando Marques da Costa & Natália Falé, *Guia Político dos PALOP*, Lisboa, Editorial Fragmentos/Fundação de Relações Internacionais, 1992, p. 121.

Entre 1992 e 1993, assistiu-se ao nascimento e proliferação de várias formações partidárias, tendo concorrido 13 partidos legalizados às eleições legislativas de 1994. Destes, apenas dois, a Frente de Libertação Nacional da Guiné (FLING) e a Resistência da Guiné-Bissau – Movimento Bá-fatá (RGB-MB), não eram resultado de cisões ou dissidências do PAIGC ou criados por antigos militantes ou dirigentes.

É um facto que a constituição de várias formações políticas na Guiné-Bissau desde 1991, foi também caracterizada por conflitos de interesses e várias dissidências, reforçando o argumento da lógica do conflito na história recente deste país.

O conflito Político-Militar (1998-1999)

Em Maio de 1997, a Guiné-Bissau, numa tentativa de aprofundar a cooperação monetária ao nível sub-regional, tornou-se o oitavo membro da União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA)²¹, tendo aderido ao franco CFA (Comunidade Financeira Africana)²². O que se pensava ser uma medida que permitiria uma maior estabilidade monetária e a criação de um ambiente mais atractivo para o investimento externo, veio a revelar-se uma medida desastrosa ao nível económico e social, porque não foi acompanhada de medidas macro-económicas sólidas capazes de sustentar o desenvolvimento, levando assim a um aumento da pressão externa, nomeadamente dos Estados francófonos vizinhos, principalmente do Senegal, e a uma consequente descapitalização do país.

Podemos afirmar que a inquietação generalizada e o sentimento de o país estar num impasse político contribuíram para acelerar a eclosão da revolta militar. A configuração das forças políticas e militares anti-Nino Vieira logo no início do levantamento de 7 de Junho de 1998, demonstram que o eclodir da guerra, menos de um mês depois do fim do VI Congresso do PAIGC, foi uma sequência natural da guerra de palavras travada nesta contenda política para uma guerra violenta provocada pelo impasse que constitui o seu desfecho político.

Por outro lado, a constatação de que existe uma ligação íntima entre a crise política do PAIGC e a crise no seio das Forças Armadas, levava a crer que os problemas delicados que estes últimos enfrentavam, fossem discutidos e resolvidos pela classe política no poder. O facto de não terem sido abordados os problemas dos militares durante o VI Congresso do PAIGC, só fez aumentar o clima de inquietação dentro desta instituição, sendo este um dos factores preponderantes que levaram à rebelião militar.

O conflito que assolou o país em 1998 deve ser analisado numa perspectiva que abarque a sua dimensão externa. Um dos aspectos desta dimensão externa prende-se com a rivalidade entre Portugal e França no que respeita à Guiné-Bissau. Esta rivalidade tem origem muito remotas.

²¹ Os membros da UEMOA são: Benim, Burkina Faso, Costa do Marfim, Guiné-Bissau, Mali, Níger, Senegal e Togo.

²² A entrada oficial da Guiné-Bissau na zona CFA deu-se no dia 2 de Maio de 1997, tendo começado, nesse dia, a ser substituídos os pesos guineenses por francos CFA. Jornal *Público*, n.º 2607, 02/05/1997.

Políticas de Ajuda ao Desenvolvimento e principais actores internacionais

A forma diferente como Portugal e a França têm encarado a política interna e externa guineense tem estado ligada aos interesses económicos, culturais, políticos e geográficos que o país representa para cada um deles.

Se, com certas reservas, se pode falar de interesses económicos, já o mesmo não se pode dizer em relação aos interesses culturais e políticos, tendo em consideração os seus contornos geográficos. Deste modo, pode dizer-se que Portugal e França têm sido “concorrentes” no que respeita às políticas de ajuda ao desenvolvimento que têm sido implementadas na Guiné-Bissau, sobretudo a partir da segunda metade da década de 90, onde se assiste a uma maior passividade da política linguística e cultural de Portugal, em contraste com uma agressividade e dinâmica da política cultural francesa, de que o melhor exemplo foi a construção de um Centro Cultural de grande dimensão no centro da cidade de Bissau.

A relação entre as políticas de ajuda ao desenvolvimento e as raízes dos conflitos armados impõem que se analise de forma crítica o papel que a cooperação para o desenvolvimento pode ter. Tanto para os doadores oficiais, neste caso Portugal e França, como para os não governamentais, é fundamental reflectir sobre as consequências das suas políticas, retirando as necessárias ilações da noção de que uma cooperação mal orientada pode produzir efeitos altamente indesejáveis a médio e longo prazo.

A questão de Casamansa

A região de Casamansa, integrada actualmente no Senegal, teve, desde sempre, grandes afinidades com o território da então Guiné Portuguesa. Até à realização da Conferência de Berlim, entre 1884 e 1885, que viria a ser a responsável pela partilha de África entre as potências coloniais, Casamansa era uma região portuguesa. Na sequência desta Conferência, Portugal aspirou a concluir o seu projecto de união de Angola e Moçambique, projecto que ficou conhecido como o “Mapa Cor-de-Rosa”.

Para a conclusão de tal aspiração, Portugal precisava de obter a concordância das outras potências coloniais. Como é sabido, a Grã-Bretanha viria a opor-se, porém, tanto a Alemanha como a França não levantaram objecções a tal plano, desde que Portugal se disponibilizasse a fazer alguns acertos fronteiriços em zonas onde estes dois países tivessem territórios vizinhos dos portugueses²³. No caso francês, isto implicou a passagem da zona de Casamansa para os franceses em troca de território francês de Cazine na Guiné-Conacry. No caso alemão, Portugal acertou fronteiras no sul de Angola com o Sudoeste Africano, hoje Namíbia, e no norte de Moçambique com a África Oriental alemã, hoje Tanzânia²⁴.

A criação de mais uma fronteira artificial em África separou povos que tinham ligações históricas e culturais. Devido a isto, facilmente se entende que, quando surgiu em 1982, o Movimento das Forças Democráticas de Casamansa (MFDC) contasse

²³ Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal, volume IX (1851-1890)*, Lisboa, Edições Verbo, 1986, p. 161.

²⁴ *Jornal Diário de Notícias*, n.º 47255, 09/08/98.

desde logo com um forte apoio do outro lado da fronteira. Neste contexto, os guerrilheiros do MFDC habituaram-se a contar, ao longo dos anos, com o auxílio dos guineenses em termos de fornecimento de armamento e apoio logístico. Este apoio assentava no facto de existir uma ligação étnica entre o povo de Casamansa, maioritariamente da etnia Diola ou Djola, e o povo do norte da Guiné que são do mesmo grupo étnico, porém aqui designados por Felupes. O governo de Bissau, apesar de nunca ter apoiado abertamente os rebeldes, aparentemente fechou os olhos à ajuda que a nível nacional era dispensada ao MFDC.

É neste contexto que, em finais de 1997, é decidido pelo Governo guineense a criação de uma Comissão Inter-Ministerial, integrando elementos dos ministérios da Defesa e Administração Interna, para investigar a questão do tráfico de armas da Guiné-Bissau para os guerrilheiros de Casamansa. Finalizado o trabalho, esta Comissão produziu um relatório considerado muito polémico.

Dada a natureza e importância da questão também a Assembleia Nacional criou uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Tráfico Ilegal de Armas para os Independentistas de Casamansa (Zamora, I., 2001), que produziu um relatório após cerca de dois meses de investigações onde recomendava que, em face da não existência de acusações que ligassem o Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas Brigadeiro Ansumane Mané ao tráfico de armas, fosse revisto o processo de suspensão do cargo que ocupava.

O início do Conflito

As primeiras notícias sobre os confrontos militares indicavam que se trataria de um incidente de proporções relativamente reduzidas. Tratava-se de uma acção, julgava-se nessa altura, de um pequeno grupo de militares chefiado pelo recém-demitido Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas, Brigadeiro Ansumane Mané, que se decidira revoltar contra o Presidente.

Perante a revolta e face à constatação de que a esmagadora maioria dos militares guineenses se tinham associado à auto-intitulada Junta Militar, órgão supremo dos rebeldes, Nino Vieira viu-se obrigado a apelar à intervenção das tropas do Senegal e da Guiné-Conacry. Este pedido foi feito à luz de acordos de defesa mútuos assinados pelos três países e para salvaguarda de um regime constitucional e democrático. Aliás, Nino Vieira afirmou, em sua defesa, que os revoltosos tinham tentado levar a cabo um golpe de Estado contra um governo democraticamente eleito, o qual tinha o direito de apelar à ajuda internacional. No entanto, estes acordos de defesa previam a ajuda destes países à Guiné-Bissau em caso de agressão externa, que não era obviamente o caso. Este facto contribuiu para que a população se fosse cada vez mais aproximando das posições da Junta Militar.

O conflito guineense e o seu desfecho eram particularmente importantes para o Senegal que via numa eventual vitória da Junta Militar o aumento, desta vez aberto, do apoio da Guiné-Bissau à luta do MFDC. A intervenção senegalesa ficou conhecida com o nome “Operação Gabú”, tendo o contingente senegalês sido comandado pelo Coronel Abdoulaye Fall. No caso da Guiné-Conacry, a intervenção ficou a dever-se às boas

relações existentes entre Nino Vieira e o Presidente Lansana Conté e o chefe da força, Comandante Samy Tambá, é morto em combate. (Zamora 2001).

Como era previsível, a consequência imediata da decisão de chamar tropas estrangeiras provocou o gradual aumento do apoio popular aos rebeldes e ao seu chefe, transformando o que era de início um acto de rebeldia estritamente militar num movimento essencialmente político.

A mediação internacional

Os esforços destinados a restaurar a paz entre os beligerantes começaram a surgir dos mais variados quadrantes. Para além de iniciativas internas²⁵, de autoridades religiosas, tradicionais e parlamentares, surgiram também iniciativas externas, sendo de destacar ao nível bilateral as contribuições da Gâmbia, Angola e Portugal e ao nível multilateral a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO).

O Acordo de Paz de Abuja

Durante a Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO, realizada em Abuja (Nigéria), os dois líderes beligerantes, Nino Vieira e Ansumane Mané, foram ouvidos pelos Chefes de Estado presentes, tendo esta ronda negocial surtido efeito. Assim, no dia 1 de Novembro, sob os auspícios da CEDEAO, as partes assinaram um Acordo que estipulava o seguinte:

Quadro 1 – ACORDO DE PAZ DE ABUJA – 01 DE NOVEMBRO DE 1998

A reafirmação do acordo de cessar-fogo assinado em 26 de Agosto de 1998 na Cidade da Praia.

A retirada total da Guiné-Bissau das tropas estrangeiras. Esta retirada será efectuada simultaneamente com o envio de uma força de interposição da ECOMOG que substituirá as tropas retiradas.

A força de interposição garantirá a segurança ao longo da fronteira entre a Guiné-Bissau e o Senegal, manterá as partes separadas e permitirá às organizações e agências humanitárias o livre acesso às populações civis afectadas. Ao mesmo tempo, o aeroporto internacional Osvaldo Vieira e o porto de Bissau serão imediatamente abertos.

A criação de um governo de unidade nacional, que em conformidade com as posição do acordo já assinado pelas duas partes compreenderá entre outros os representantes da auto-proclamada Junta Militar.

A organização de eleições gerais e presidenciais o mais tardar até fim de Março de 1999, as eleições serão supervisionadas por observadores da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e da Comunidade Internacional.

Fonte: Guilherme Zeverino & Luís Castelo Branco (2000): Guiné-Bissau – A Missão de Observação Eleitoral Internacional 1999/2000. A Participação Portuguesa.

Para a implementação do Acordo, foi criada a Comissão Executiva Conjunta para a Implementação do Acordo de Paz de Abuja, que integrou seis elementos da Junta Militar e cinco elementos do Governo guineense. Como observadores, contava com os

²⁵ Uma das pessoas mais activas na procura de uma solução nesta altura foi o Bispo de Bissau, D. Arturo Settimio Ferrazzeta.

elementos diplomáticos da troika (Portugal, França e Suécia), o Delegado da União Europeia em Bissau e o Representante da Comissão Mediadora de Boa Vontade²⁶.

O fim do regime de Nino Vieira

Em face da recusa de desarmamento, no âmbito do que estava estabelecido no Acordo de Abuja, a Junta Militar lançou uma operação militar em Bissau com o objectivo de derrubar Nino Vieira. Passadas pouco mais de 24 horas, os homens fiéis a Nino Vieira renderam-se. As forças da CEDEAO não se intrometeram no conflito. Após ter tentado obter refúgio na Embaixada francesa e depois na senegalesa, Nino Vieira foi acolhido, a conselho dos próprios dirigentes da Junta Militar, na Embaixada portuguesa.

Uma série de coincidências fez com que fossem poupadas as vidas de Nino Vieira e dos seus colaboradores mais directos, bem como dos nacionais franceses (militares e diplomatas) encurralados nas instalações do Centro Cultural Francês. O pedido de ajuda do Governo francês a Portugal, para que este contactasse a Junta Militar, exigindo a segurança dos seus nacionais, foi executado imediatamente, o que evitou uma eventual intervenção militar francesa em larga escala.

A população manifestou a sua alegria pelo derrube do regime e descarregou a sua fúria sobre a Embaixada e Centro Cultural franceses, assim como sobre a Embaixada senegalesa. Os nacionais destes dois países tiveram que recorrer à protecção da Embaixada portuguesa, a qual foi respeitada pela população.

Pelo que foi referido, pode dizer-se que, na conjuntura complicada de relações e influências externas sobre a crise na Guiné-Bissau, não constitui novidade que Portugal e a França tivessem adoptado posições por vezes bastante diferentes sobre os acontecimentos que se sucederam ao 7 de Junho de 1998. Foi, sem dúvida, um período de alguma complexidade e tensão nas relações entre os dois Estados.

Após cerca de um mês na Embaixada portuguesa em Bissau, Nino Vieira pediu asilo político a Portugal²⁷. O argumento oficial para abandonar a Guiné foi a necessidade de cuidados médicos, comprometendo-se Nino Vieira a regressar ao país para se defender em tribunal das acusações que lhe eram imputadas.

Na sequência do Acordo de Abuja, deu-se início na Guiné-Bissau, em Janeiro de 1999, à preparação do processo eleitoral tendo em vista a realização das segundas eleições presidenciais e legislativas democráticas daquele país.

No dia 3 de Março, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou a criação da Missão das Nações Unidas para o Apoio à Reconstrução da Paz na Guiné-Bissau (UNOGBIS), a ser chefiada por um Representante Especial do Secretário-Geral²⁸. A UNOGBIS foi criada com a função de coordenar todo o trabalho do sistema

²⁶ Zamora Induta., Guiné – 24 Anos de Independência (1974-1998), Lisboa, Hugin Editores, 2001, p. 160.

²⁷ Chegado a Portugal, aonde lhe foi garantido asilo político, Nino Vieira ficou proibido, enquanto permanecesse em solo português, de empreender qualquer tipo de actividade política. BBC Africa, edição on-line, 11/06/99.

²⁸ The United Nations Homepage, 06/04/99.

das Nações Unidas na Guiné-Bissau durante o período de transição até à realização das eleições, no âmbito da implementação do Acordo de Abuja.

Reiterando todo o apoio ao processo de reconciliação nacional, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou, por unanimidade, a 6 de Abril, a Resolução n.º 1233/99, que incentiva as partes a aplicarem os pontos do Acordo de Abuja, designadamente a adopção de todas as medidas para o funcionamento do novo governo, para o melhoramento da confiança e para o regresso dos refugiados²⁹.

O restabelecimento da normalidade democrática concretizou-se com a realização de eleições legislativas e presidenciais em Novembro de 1999 e Janeiro de 2000 e que contaram com largo apoio internacional expresso nos comunicados conjuntos dos Observadores Internacionais.

A vitória do candidato Kumba Yala e do Partido para a Renovação Social (PRS) deu início a um novo ciclo neste país, que depressa ficou marcado pelo agudizar da crise económica e social, pela perda de credibilidade da Guiné-Bissau ao nível internacional, pelo declínio das instituições, pela desresponsabilização das autoridades, pelo desrespeito pela Constituição e pela crise entre a Presidência e os órgãos da Justiça e a Assembleia.

Neste contexto, o mandato do Presidente da República Kumba Yala (2000-2003), interrompido por um golpe de Estado, pôs em evidência todas as debilidades existentes no país e ficou marcado por uma enorme instabilidade política e social. Desta forma, podemos considerar a Guiné-Bissau como um país “frágil”, onde os conflitos militares e político-sociais são uma constante, dilacerando e destruindo a estrutura da sociedade guineense.

O golpe de Estado de 14 de Setembro de 2003, liderado pelo General Veríssimo Seabra, que obrigou à resignação do Presidente Kumba Yala, dá início a outro processo de transição em que interinamente assumiu a Presidência o empresário Henrique Rosa, tendo o General Veríssimo Seabra assumido o cargo de presidente do Comité Militar para a Restituição Constitucional e Democrática, órgão consultivo do Presidente da República.

É neste contexto que são realizadas as eleições legislativas, em 30 de Março de 2004, que dão a vitória ao PAIGC. No entanto, mais uma vez, os elementos sempre presentes que estão na origem dos conflitos na Guiné-Bissau, em que podemos destacar a falta de diálogo para a resolução dos problemas do país por vias não violentas, são de novo postos em evidência com o assassinato do General Veríssimo Seabra, em Outubro de 2004, perpetrado por militares que tinham sido destacados anteriormente para missão de paz na Libéria no âmbito da CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental) e da ONU.

²⁹ Idem.

PARTE III

DO FALHANÇO DA ECONOMIA CONVENCIONAL ÀS RESPOSTAS DA ECONOMIA AFECTIVA NA LUTA CONTRA A POBREZA

A (in)actividade económica

O percurso económico da Guiné-Bissau está intimamente relacionado com as opções políticas e sociais que foram sendo tomadas ao longo destas três décadas. Segundo alguns analistas políticos a vida do País independente caracteriza-se por duas fases distintas: a “Socialista”, de 1974 a 1981, e a “Liberal” que se seguiu a 1981 até aos nossos dias³⁰. Contudo, na opinião dos autores, podem ainda ser identificadas outras fases igualmente importantes no percurso trilhado pelo País.

Subaproveitamento dos recursos disponíveis

As principais riquezas naturais da Guiné-Bissau provêm essencialmente das pescas e florestas³¹ e dos recursos minerais (fosfatos, bauxite e depósitos ainda não explorados de petróleo).

Os produtos mais exportados são peixe e recursos haliêuticos (frutos do mar), amendoim (mancarra), sementes de palma, madeira e castanha de caju³². Entre 1998 e 2002 a Índia foi o principal mercado para exportação, atingindo em 1998, 1999 e 2002, respectivamente 97,0; 85,2% e 94,3%³³. No que se refere aos países de onde a Guiné-Bissau importa é de salientar que só Portugal, Senegal e a China representaram, de 1999 a 2002, mais de 50% do total (CPLP, 2004).

Deste modo, facilmente se depreende que o país se encontra fortemente dependente da agricultura e da pesca. O arroz é o cereal mais produzido, sendo o principal produto da dieta nacional e, por outro lado, as licenças de pesca geram algumas receitas para o governo³⁴.

De acordo com Costa & Falé (1992), nos primeiros anos da independência a política económica favoreceu a população urbana de Bissau. Logo, como efeito, houve um grande fluxo migratório das áreas rurais para a cidade, acarretando a consequente diminuição da actividade agrícola³⁵.

Em 2003 a população activa estava esmagadoramente ligada à agricultura (82%), 4% afecta à indústria e 14% aos serviços, em particular administração pública

³⁰ Cardoso (2002) *A Formação da Elite política na Guiné-Bissau*, Occasional Paper Series nr. 5.

³¹ A madeira constitui um recurso interessante para exportação, mas exige, simultaneamente, um rigoroso controlo devido ao eventual impacto negativo no equilíbrio ecológico.

³² Na campanha de 2001-2002 a produção mundial de castanha de caju atingiu 1.178 milhões de toneladas, sendo a maior contribuição assegurada pela Índia com 32%. África contribuiu com 28% do total e a Guiné-Bissau foi o segundo maior produtor africano com 8%, logo seguida da Tanzânia com 8% da produção mundial. Cf. The Courier ACP-EU, 2003.

³³ CPLP (2004) *Estatísticas da CPLP 2004*.

³⁴ Segundo Costa & Falé (1992) apenas cerca de 5% a 7% do potencial das águas territoriais estavam a ser aproveitadas. Existe, por isso, a possibilidade de haver barcos estrangeiros a operar sem a devida autorização e/ou fiscalização.

³⁵ Costa & Falé (1992) *Guia Político dos PALOP*.

central. E a produção mantinha-se entre 43% e 48% do sector agrícola e pescas, destinada sobretudo ao auto-consumo³⁶.

Para além da baixa produtividade, a inexistência de vias de acesso dificulta que algumas regiões, nomeadamente as que se encontram mais a Sul ou as Ilhas, consigam comercializar os seus bens. Esta dificuldade é ainda mais agravada durante a época das chuvas.

O “remédio” para os males da economia guineense?

Na década de 80, quase todos os países africanos tiveram de se submeter aos Programas de Ajustamento Estrutural (PAE) criados pelo Banco Mundial (BM) e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). O objectivo era o de reduzir as despesas internas para poder pagar as dívidas.

A imposição destes Programas justificava-se pela queda dos preços dos produtos tradicionais de exportação, em particular os produtos agrícolas e as matérias-primas. A acrescer a estas dificuldades registava-se ainda um saldo extremamente negativo na balança de pagamentos, bem como défices no orçamento de Estado dado que careciam de receitas provenientes dos impostos de exportação.

No sentido de limitar as despesas internas e estimular a economia pela diminuição da inflação foi utilizado o instrumento mais relevante para reduzir os créditos, i.e. o aumento de juros.

Em 1986 elaborou-se um Programa de Ajustamento a médio e longo prazo com a fase de estabilidade (1987/1989) e a fase de desenvolvimento auto-sustentado para 1993. Pretendia-se a redução do papel do Estado, a liberalização do comércio interno, terminando com o monopólio estatal nas actividades comerciais, e a racionalização do investimento do Estado, reestruturação e privatização.

Porém, a canalização dos financiamentos externos para sectores onde se verificava a “apropriação” por parte da classe burocrática do Estado teve como resultado a deterioração da capacidade de investimento das empresas (Cardoso, 2002). Ou seja, os sectores de produção direccionados para a importação e a exportação foram os mais penalizados com as medidas do PAE. De 1988 a 1993 a inflação manteve-se igual à desvalorização, não se conseguindo diminuir as importações nem tão-pouco estimular as exportações (Monteiro, 1996).

Entre 1987 e 1992, a dívida externa da Guiné-Bissau aumentou de 473 milhões de dólares para 631 milhões, dados os diversos rescalonamentos por falta de pagamento. De acordo com Van Maanen o país tinha uma dívida de mais de 3000%, dada a receita da exportação prevista. No período de 1986/93 a inflação atingiu uma média anual de 64%, enquanto a desvalorização da moeda foi de 80%³⁷.

Durante a implementação do PAE verificaram-se poucas mudanças estruturais ao nível estatal. Houve, no entanto, uma degradação da qualidade administrativa já que desde 1987 os salários reais anuais dos funcionários públicos diminuíram em cerca de 20%³⁸. Esta situação acelerou a saída dos melhores funcionários públicos para empresas

³⁶ Sangreman (2003) *A metodologia do estudo da Pobreza através da evolução dos níveis de vida em Bissau – 1986/1991 (com referência a 1993)*.

³⁷ Monteiro (1996) *O Programa de Ajustamento Estrutural na Guiné-Bissau: Análise dos efeitos Sócio-Económicos*.

³⁸ *Idem*.

privadas ou para o estrangeiro³⁹. Segundo Van Maanen, outra hipótese seguida por alguns foi a utilização das horas de serviço para se dedicarem a actividades corruptas. A perda real de poder de compra aliada à deterioração das condições da situação económica contribuíram para mergulhar a administração pública no anarquismo e na paralização.

Por outro lado, a intervenção política num elevado número de organismos estatais (ou não) conduziu à confusão entre partido e Estado, sendo os responsáveis das empresas escolhidos de acordo com as suas convicções políticas e não atendendo às suas competências. Apesar do surgimento de uma burguesia comercial e agrária, ligada ao Estado centralizado na figura do Presidente, verificou-se a redução da importância do PAIGC como colectivo em substituição da cada vez maior afirmação do poder pessoal que se servia do Partido como ponto de apoio⁴⁰. A esta tendência denominou-se *bonapartismo presidencial* (Cardoso, 2002 e Koudawo, 2001) tendo a sua acção, entre outros resultados, contribuído para a descapitalização das empresas que haviam sido nacionalizadas, assim como o emergente sector industrial.

No período entre 1990 e 1998 o crescimento do PIB foi igual a (-3,4%), ou seja houve uma diminuição da riqueza produzida. Todavia, a pressão da Comunidade Internacional conduziu à adopção de um conjunto de reformas, no sentido da liberalização económica, estabilização financeira e monetária, reforço da administração fiscal e melhoria da gestão dos recursos públicos. Esta estratégia culminou, em 1997, na adesão à União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), visando uma maior estabilidade cambial e melhor integração no mercado daquela região.

Com o fim do conflito político-militar e com a esperança reforçada a economia guineense começou a apresentar avanços positivos que auguravam um futuro confiante. No entanto, a actividade económica estagnou durante 2001, contraindo-se em 2002, pelo que a tão esperada recuperação da economia não se materializou.

Desalento ou a luz ao fundo do túnel?

Apesar do tempo decorrido, a Guiné-Bissau continua a sentir de um modo muito marcado os efeitos dos conflitos. As vidas perdidas, o deslocamento de populações e a destruição de várias infraestruturas económicas, administrativas e sociais foram aspectos críticos que fragilizaram o já débil tecido produtivo herdado do período colonial.

Actualmente, *a Independência e o Progresso* – ideias defendidas durante o Movimento de Libertação Nacional – são uma miragem. O país está cada vez mais dependente das condições impostas pela Comunidade Internacional em troca dos apoios recebidos e a actividade económica é marcada por um considerável retrocesso.

³⁹ Para Machado (2002) o ano de 1985 é um marco de referência, em virtude de, durante o quinquénio de 1985-1990, mais de 85% dos imigrantes guineenses terem chegado a Portugal (destino privilegiado). De acordo com este autor, os guineenses que migram são oriundos dos sectores mais modernos e das camadas escolarizadas e bem colocadas profissionalmente, em particular de Bissau.

⁴⁰ Segundo Cardoso (2002), na segunda metade da década de 80, com o monopólio do Estado sobre a economia, e após a consequente nacionalização das casas comerciais e constituição das empresas “industriais”, surgiu também uma nova *classe burocrática do Estado*. Esta classe, próxima do poder, era responsável por manipular a economia, influenciando as tomadas de decisão.

No contexto difícil no qual a Guiné-Bissau tem vivido não é pois de estranhar que a sua população seja a que tem sido mais penalizada, atingindo a pobreza dimensões preocupantes.

Entre 1991 e 2001 verificou-se que a pobreza absoluta (rendimento inferior a 2\$ dia) passou de 49,0% para 64,7%, sendo que fora de Bissau representava 69,1% da população. Já no que respeita a pobreza extrema (rendimento inferior a 1\$ dia), em igual período, houve uma redução da população afectada, diminuindo de 26% para 21%. Em 2002, os principais pobres eram jovens, dos quais 80% se encontrava entre os 15 e os 35 anos no auge das suas capacidades produtivas, assim como mulheres⁴¹.

Dado o seu papel crítico na economia familiar, os agregados dirigidos por mulheres têm menor probabilidade de serem pobres. Por outro lado, apesar do tamanho do agregado ter relação directa com a pobreza, verifica-se que nos agregados onde os seus chefes têm maior nível de escolaridade, nomeadamente educação secundária, existe uma maior capacidade para fazer face ao fenómeno de pobreza. Todavia, o baixo rendimento auferido pelos funcionários do Estado (60% tem um rendimento médio próximo dos 2\$ por dia), e a incerteza do seu recebimento faz com que esse “estatuto de assalariado” não seja suficiente para lutar contra a pobreza (ONU, 2004). Num passado recente os salários atingiram 8 a 12 meses de atraso, em particular em relação aos professores e a alguns funcionários públicos.

Deste modo, talvez seja justo destacar iniciativas pontuais desenvolvidas por determinados agentes económicos um pouco por todo o território. É o caso da criação de mutualidades de saúde e de poupança e crédito, bem como de bancos de cereais. Estas iniciativas constituem respostas válidas a necessidades concretas, em especial nas zonas rurais, junto de grupos com fortes laços comunitários.

Neste cenário de incerteza, repleto de “estratégias de sobrevivência”, é igualmente de salientar o desempenho das *bideiras*⁴², assumindo-se estas como um dos principais operadores económicos no país⁴³. Às *bideiras* cabe assegurar, quase exclusivamente, o comércio diário, em particular, de bens alimentares, o que se tem mostrado como modelo de sucesso.

Por outro lado, apesar das enormes dificuldades sentidas pelos guineenses e de, segundo o relatório sobre os Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento na Guiné-Bissau, cerca de metade da população pobre contribuir para o consumo nacional em cerca de 27,5%, constata-se, por ventura mais do que em qualquer outro país lusófono, que os agentes económicos guineenses se encontram vinculados a uma lógica de *economia afectiva*, a qual tenta suprir o horizonte de incerteza e a ausência do *welfare stare*⁴⁴. Neste sentido, no quotidiano guineense as redes sociais (*safety nets*) funcionam sobretudo com base numa racionalidade étnica, afirmando-se como sistema de identificação. De acordo com Lopes, esta identificação étnica faz-se sentir nas áreas: social, económica e política, muitas vezes em oposição à lógica de funcionamento do Estado (Lopes, 1987). Estes mecanismos de redistribuição dos rendimentos próprios em favor da comunidade resultam de sentimentos profundos de pertença (origem ou

⁴¹ ONU (2004) *Relatório sobre os Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento na Guiné-Bissau*.

⁴² O termo resulta da palavra “*bida*” - que, em português, significa *vida* -, aplica-se às mulheres que vendem algo para ganhar a vida: *fasi bida*. Ou seja, refere-se a mulheres que desenvolvem actividades comerciais de uma forma independente, por conta própria.

⁴³ Aguilár (2001) *Bandim – subsídios para uma política de apoio ao pequeno negócio*.

⁴⁴ Hugon (1999) *A Economia de África*.

descendência), mais do que de aspectos geográficos da nação⁴⁵ e asseguram a coesão social do grupo.

Condicionantes Políticos

Ao nível político foram diversas as condicionantes que limitaram o desenvolvimento do país. Pretende-se de uma forma breve aflorar algumas das fases por que passou a envolvente política por forma a melhor se compreender a realidade actual.

Cinco anos após a independência era reconhecido que muitos dos objectivos definidos pelo movimento de libertação não haviam ainda sido alcançados (Lopes, 1996). Esta constatação de crise do Estado pós-colonial guineense e a degradação das relações entre a ala militar e a direcção política do PAIGC, já do período da luta pela independência, evoluiu para uma contestação interna que culminou, em 1980, no golpe de Estado que derrubou Luis Cabral. Na sequência do *Movimento Reajustador 14 de Novembro*, como foi denominado, o antigo combatente João Bernardo “Nino” Vieira ascendeu à “cadeira do poder” na qualidade de Chefe de Estado da Guiné-Bissau.

Como consequência foi posto fim ao projecto binacional de unidade Guiné / Cabo Verde, dando-se início em 1986 aos programas de estabilização e ajustamento estrutural com a liberalização de actividades como a medida mais visível. Contudo, na arquitectura do poder do PAIGC, a *democracia nacional revolucionária* foi ainda mantida por mais algum tempo, apesar de se admitir que a mesma era obsoleta (Koudawo, 2001).

Os primeiros passos no pluralismo político iniciaram-se em finais da década de 80 com as alterações no plano internacional e em virtude da dependência que a Guiné-Bissau tinha da assistência estrangeira. Em inícios de 90 verificava-se já a intenção de renovação do PAIGC no sentido da liberalização política (*pré-abertura* e *pequena abertura*). A criação, em Agosto de 1992, de uma Comissão Multipartidária da Transição definiu a nova fase de *grande abertura*, confirmada, em Janeiro de 1993, pela criação da Comissão Nacional de Eleições (Koudawo, 2001). Porém, alguns incidentes no seio das Forças Armadas, envolvendo “homens da confiança” do Presidente da República, abalaram o processo de liberalização política, ao que segundo Koudawo correspondeu ao período da *abertura ameaçada*. A última fase deste processo de liberalização ficou concluída com a realização das primeiras eleições pluralistas realizadas em Julho e Agosto de 1994 – *abertura das urnas*⁴⁶.

Para Koudawo a segunda transição política eclodiu em 7 de Junho de 1998 e durante onze meses mergulhou o país num ciclo de violência de origens complexas. O *conflito militar* opôs as Forças Armadas, braço armado do PAIGC, e a autoproclamada *junta militar para a consolidação da democracia, paz e justiça*⁴⁷ liderada pelo brigadeiro Ansumane Mané, antigo companheiro de armas de João Bernardo “Nino” Vieira.

⁴⁵ Thomson (2004) *An Introduction to African Politics*.

⁴⁶ Koudawo, 2001 *Cabo Verde e Guiné-Bissau: da Democracia Revolucionária à Democracia Liberal*, pp. 131-141. Estas fases definidas por Koudawo respeitam à primeira transição política.

⁴⁷ Posteriormente, denominada *junta militar do povo* e, por fim, *junta do povo*.

De acordo com alguns autores ao nível político a Guiné-Bissau foi marcada de 1974 a 1991 pelo regime de “partido único”, alternando de 1991 a 1999 para “único partido”⁴⁸.

No fim do conflito, em Maio de 1999, sucedeu-se a queda e asilo político em Portugal do presidente eleito em 1994, pondo fim a um período de dezoito anos no poder. Iniciou-se um novo ciclo político que conduziu às segundas eleições pluralistas em Novembro de 1999 e Janeiro de 2000.

Em Fevereiro de 2000, após 25 anos no poder, o PAIGC, deu lugar a um governo de coligação - Partido da Renovação Social (PRS)⁴⁹ e RGB/Movimento Bá-Fatá. Por outro lado, o candidato presidencial: Kumba Yala, obteve uma vitória eleitoral, na segunda volta, sobre o candidato do PAIGC - Malam Bacai Sanhá.

No período de 2000 a 2003 a figura do presidente desenvolveu a sua acção de forma a pôr em causa a estrutura vigente (interna e externa), tendo conduzido inicialmente a sua política de forma a privilegiar a sua etnia – Balanta -, o que alguns chamaram de *Balantização do Poder*, provocando um mal-estar geral. Entre 2002 e 2003 o país conheceu quatro Primeiros Ministros - três filiados no PRS e um independente – viu ser dissolvida a Assembleia Nacional Popular e adiada sucessivamente a marcação das eleições, para além dos atrasos no pagamento de salários. Foi, pois, sem surpresa que, em 14 de Setembro, se assistiu ao Golpe de Estado levado a cabo pelas Forças Armadas.

Na sequência da Carta de Transição Política (CTP) assinada foram realizadas eleições legislativas, em Março de 2004, as quais foram vencidas pelo PAIGC. Carlos Gomes Júnior assumiu a chefia do governo. O Presidente de transição nomeado, Henrique Rosa, representou a nação durante o período estritamente necessário até à tomada de posse de um novo presidente eleito em eleições presidenciais, de acordo com a CTP, as quais foram vencidas, na segunda volta, pelo candidato independente João Bernardo “Nino” Vieira.

No contexto da linha política seguida pelo governo há a salientar que face à difícil situação vivida no País, e atendendo aos apoios financeiros concedidos pela Comunidade Internacional, o Governo guineense elaborou o Documento de Estratégia de Redução da Pobreza (DENARP), no sentido de definir as linhas estratégicas para o desenvolvimento a curto prazo.

Foram definidos como principais eixos: *i*) a criação de condições para um crescimento económico forte e sustentável; *ii*) o aumento do acesso aos serviços sociais essenciais; *iii*) a implementação de programas específicos de redução da pobreza; *iv*) a boa governação. Num esforço do Governo de Artur Sanhá, procurando favorecer a situação para o governo que o sucedia, foi, igualmente, finalizado o Programa Nacional de Governação, o qual previa: *i*) o reforço da democracia e do estado de direito; *ii*) a descentralização e a governação local; *iii*) a modernização da administração pública e o melhoramento do sector público; *iv*) o reforço da gestão económica; *v*) a participação da sociedade civil; *vi*) o reforço das capacidades do sector privado; *vii*) a disseminação e divulgação das novas tecnologias de informação e comunicação (ONU, 2004).

⁴⁸ Cf. Koudawo, 2001.

⁴⁹ O PRS foi um partido criado por Kumba Yala.

Apesar da definição de objectivos, verifica-se que o processo democrático é fortemente condicionado, em especial porque a oposição ao poder político tem sido sistematicamente efectuada pelo poder militar, pondo em causa os alicerces do estado de direito, bem como o sucesso dos programas de desenvolvimento. Este é o resultado da instabilidade institucional e da debilidade que apresentam as instituições democráticas.

PARTE IV

DA RECLAMAÇÃO DO DIREITO AO DESENVOLVIMENTO À NECESSIDADE DE AFIRMAÇÃO POLÍTICA: UMA VISÃO PARTILHADA DA SOCIEDADE CIVIL NA GUINÉ-BISSAU?

Contextualização

O contexto social, político e económico guineense, tem vindo a deteriorar-se e a fragilizar-se rapidamente, tendendo para a instabilidade permanente, a pobreza generalizada e o caos. O Estado guineense, é completamente ausente e frágil na sua essência⁵⁰. Porém, a SC, particularmente, a Igreja Católica (IC) e as Organizações Não-Governamentais (ONG's), têm jogado um papel decisivo junto às populações mais carenciadas, como também no processo de consolidação da paz e democracia.

A Igreja Católica: a força do “poder moral”

Apesar das desconfianças da sua ligação às entidades coloniais, o envolvimento da IC não abrandou face à independência. A crise social provocada pelo esvaziamento repressivo do “*Estado-Providência*” nos anos 1980, favoreceu a reafirmação da sua influência social, nos domínios da saúde e da educação, sem deixar de incorporar na sua área de acção as comunidades islâmicas (Koudawo, 2001).

O conflito político-militar de 1998/1999, que pôs término a 18 anos do poder absoluto do general João Bernardo “Nino” Vieira, contribuiu para dar à IC uma nova dinâmica e projecção, desempenhando um papel de destaque, particularmente, o seu bispo D. Septimio Arturo Ferrazzetta, que defendeu e promoveu a paz, e esteve muito próximo da população. Outro facto que favoreceu a consolidação da autoridade moral herdada, prende-se com a nomeação do bispo D. José Camnaté Na Bsing⁵¹, em 1999 após o falecimento do seu antecessor.

As ONG's: O desenvolvimento como factor-chave

As ONG's foram a emanção da SC, o seu desenvolvimento resulta, em grande medida, da concepção do Estado assumida num determinado período histórico da vida das sociedades. Até 1991, não existia, no país, a legislação sobre as Associações de Apoio ao Desenvolvimento (SOLIDAMI, 1991). A abertura à democracia, permitiu um grupo de quadros, com cultura académica e com experiências nos departamentos

⁵⁰ Ver Índice do Desenvolvimento Humano, PNUD (2005).

⁵¹ 1º Bispo de naturalidade guineense balanta, figura carismática, contribuiu para que a Igreja ganhasse um maior à-vontade nos assuntos sócio-políticos.

estatais de promoção ao desenvolvimento e de cooperação, constituir Associações, com projectos diversificados contra a degradação do Estado, assumindo um discurso baseado na “*revitalização da sociedade*”, junto da base.

Todavia, uma das fragilidades das ONG's desde a nascença, prende-se com o facto de dependerem em quase 98% do apoio externo, ou seja, a sua debilidade financeira, resulta da fraca capacidade de auto financiamento dos seus membros e também da inexistência de mecanismos de financiamento interno⁵².

O conflito político-militar de 1998/1999 foi um teste favorável à responsabilização e compromisso da SC, que se organizou no denominado *Movimento da Sociedade Civil para Consolidação da Paz e Democracia*⁵³ e na *Rede de Solidariedade para com a Guiné-Bissau*⁵⁴. Não obstante a isso, os militares, nesta fase, desempenharam um papel muito mais activo e visível, na medida que o fim do conflito, foi considerado como a segunda guerra da independência nacional, reforçando o carácter já pesado da herança militar da luta para a independência.

A permanente instabilidade político-militar e institucional

Se a eleição de Kumba Yalá para a presidência da república e a vitória do seu partido (PRS) nas eleições do pós-conflito, deram início a uma inédita era da “*coabitação político-militar*”-ausência de um militar na cadeira da presidência da república e os partidários da legitimidade histórica do exercício do poder estavam agora na oposição-já o golpe de estado que o afastou do poder, em Setembro de 2003, depois do assassinato do brigadeiro Ansumane Mané, comandante da ex-Junta Militar que derrubou João Bernardo “Nino” Vieira, abrandou a permanente e crescente instabilidade política caracterizada pela “*informalização, banalização e tribalização*” dos órgãos constitucionais (de soberania) e da administração pública⁵⁵.

A desenfreada luta pelo acesso e conservação do poder, numa perspectiva da “*visão patrimonial do Estado*”, a combinação de recursos limitados aliada à disputa pela sua posse têm sido, desde sempre, factores de instabilidade e de luta política na Guiné, visto que as posições administrativas, são encaradas não com sentido de serviço a comunidade, mas na antecipação dos privilégios que o exercício da função garante (Nóbrega, 2003).

Estes aspectos, descredibilizaram os partidos políticos, junto da população e do poder militar (embora este não se aliam das mesmas motivações). Isto, num contexto onde a inflação disparou (taxa de variação homóloga) estava na ordem de 65,6%, a dívida

⁵² Consultar Guia das ONG's da Guiné-Bissau em: www.acep.pt. Fornece indicadores analíticos que ajudam a perceber esta problemática; Também o site do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento-IPAD, em www.ipad.mne.gov.pt, apresenta dados estatísticos sobre o volume de Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) bilateral disponibilizada aos PALOP. Por exemplo, entre 2002 a 2004, da distribuição sectorial da APD bilateral, foram destinadas 143 092 milhares de euros aos governos e à SC dos PALOP.

⁵³ Este teve como propósito, a mediação do conflito entre as partes beligerantes e simultaneamente, sensibilizando a Comunidade Internacional sobre a necessidade de continuar a apoiar a população e os esforços da consolidação da paz. Salienta-se que as acções de promoção do desenvolvimento alargaram à fase do pós-conflito.

⁵⁴ Este movimento reuniu líderes de ONG's que se encontravam refugiados em Portugal e algumas ONGD portuguesa presentes na Guiné-Bissau. Desenvolveram um trabalho notável junto às Instituições da EU e implementaram um forte *lobby* nos *média* português em prol mobilização internacional para a paz.

⁵⁵ Chamo atenção para o artigo “A Balantização da Guiné-Bissau”, *Público*, Fevereiro de 2000, da autoria de Eduardo Costa Dias, que enfatiza excessivamente, ao meu ver, o modelo governativo vigente na altura. Isto porque, a Guiné-Bissau, enquanto Estado não chegou a ser tribalizado, mas sim algumas das suas instituições.

externa situada em 952,5 milhões de dólares, uma pesada e burocrática administração pública, onde o salário mínimo não atinge 30 dólares e chega sempre em atraso, desemprego e perda do poder de compra crescente e acelerado, e uma taxa de analfabetismo a volta de 63,3% (INE, 1998).

Contudo, o “*período de transição*”⁵⁶, confirmou a falta de confiança generalizada nos políticos e partidos e, conseqüentemente reafirmou a autoridade moral, política e social da SC, através da indigitação do empresário Henrique Rosa, figura da IC, ao cargo do Presidente da República de Transição. Este período caracterizou-se, ainda, por intensa actividade política, durante o qual, os partidos ganharam novo impulso, crescendo para um total de mais de duas dezenas, e também, mobilizaram para a militância partidária, amplos sectores da sociedade guineense, inclusive vários líderes de ONG’s e de outras organizações da SC, como sindicalistas e empresários.

Tal facto tornou este processo muito participativo, criando oportunidades de elevar e influenciar o debate público, de traduzir na agenda nacional algumas preocupações das populações mais carenciadas e de favorecer a reflexão e procura de alternativas para a governação. Mas esta polarização de vida pública à volta do debate político-partidário teve os seus efeitos perversos. Com efeito, este misturar de campos de intervenção e a proliferação de líderes políticos sem projectos e compromissos para com o país, acentuou as clivagens entre as ONG’s, agravou os riscos de recuperação do trabalho, das bases de apoio e da credibilidade de algumas das mais activas e influentes.

O resultado das eleições legislativas de 2003⁵⁷, que deu vitória ao PAIGC, com maioria relativa e colocando como segunda força o PRS, que já tinham sido governos e criticados dentro e fora do país por má governação e abuso do poder, o que justificou, aliás, o empenho no combate político-partidário de importantes líderes da SC, constituiu uma decepção nos vários circuitos.

A estratégia política desses actores, outrora (e ainda) da SC, na qual muitos depositaram esperança para a materialização de uma forma de fazer “*política alternativa*”, acentuou a desolação e fez estremecer (algumas) boas relações com as Organizações Doadoras do Norte, quando face à derrota sofrida nas urnas e ao novo figurino político, assumiram posturas dúbias e fizeram alianças duvidosas. Algumas dessas alianças foram impostas aos seus partidos de forma autoritária, traíndo princípios e compromissos assumidos com as suas bases de apoio e levando, em certos casos, à sua fragmentação, como se viu com partido vencedor, na sequência da partilha de responsabilidades no seio do novo elenco governamental, acusando profundas clivagens internas, como também na oposição (Barros, 2004).

As tensões políticas e sociais, durante esse período, aumentaram e intensificaram-se, contribuindo para crescente clima de incerteza. Face à ameaça de novas derrapagens de consequências imprevisíveis, iniciativas de diálogo e negociação, visando o restabelecimento de um clima de concórdia indispensável ao relançamento do

⁵⁶ Traduz o difícil consenso obtido após negociações entre as partes visando o restabelecimento da ordem constitucional, expressa na “Carta de Transição”. Nesse âmbito, foram fixadas as eleições legislativas e as presidenciais, devendo as primeiras ser realizadas dentro de 6 meses e as presidenciais, 12 meses depois.

⁵⁷ Partidos que conseguiram eleger representantes para a Assembleia Nacional Popular (ANP): PAIGC (33,88%, 45 mandatos); PRS (26,50%, 35 mandatos); PUSD (17,60%, 17 mandatos), EU (04, 28%, 2 mandatos); APU (01, 36%, 1 mandato) (CNE, 2004).

país, foram implementadas pela Plataforma das ONG's Nacionais e Estrangeiras que operam na Guiné-Bissau (PLACON-GB), Bispo de Bissau e o Presidente da República de Transição, conseguiram articular e accionar um espaço de concertação em prol de uma conjuntura favorável.

O governo eleito, empossado em finais de Maio de 2004, embora não contando com o apoio de todas as alas ao nível partidário, conseguiu aprovar o seu programa político, o Orçamento de Estado e encetou diálogo com os parceiros sociais, em especial com os sindicatos. Aplicou ainda medidas de saneamento das finanças públicas e de contenção das despesas, associadas a um esforço de mobilização e melhor gestão de receitas internas, com destaque para o controle dos mares e aumento das receitas provenientes da sua exploração. A boa comunicação com os parceiros de cooperação, permitiu iniciar o pagamento regular de salários da função pública e retomar a regularização de algumas dívidas internas com o sector privado, descapitalizado pelo conflito político-militar de 1998/1999.

Paralelamente, foi feito um esforço no sentido de melhoria da imagem da Guiné-Bissau no exterior. Os resultados começaram a ser visíveis: o país enveredava pela retoma económica, conquistando, aos poucos, a confiança interna e externa, em especial dos parceiros financeiros e investidores.

Uma (nova) configuração viciada?

Sejam quais foram as outras causas, a “*agenda das presidenciais*”, veio a agitar e perturbar drasticamente a tentativa de relançamento do país e de retoma da normalidade constitucional em curso. Começando pelo levantamento militar de Outubro de 2004, durante o qual foi assassinado o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas e presidente do Comité Militar⁵⁸, general Veríssimo Correia Seabra, passando pela nomeação interina (e agora confirmada) do novo CEMGFA, Major-general Baptista Tagme Na Wai e outras chefias militares, a partir das propostas dos representantes dos revoltosos, que em contrapartida, receberam a garantia de amnistia e reintegração⁵⁹.

De acordo com algumas análises, o decurso dos acontecimentos apontavam para uma hipotética situação de guerra civil, mas travada, quando o Supremo tribunal da Justiça decidiu, num acórdão considerado de cunho político, ao aceitar as candidaturas dos ex-presidentes depostos, na circunstância, João Bernardo “Nino” Vieira e Kumba Yalá⁶⁰. Este quadro analítico, é contraposto por um outro, que sustenta que o poder judicial com esta decisão, perdeu a grande oportunidade de conquistar a sua autonomia enquanto órgão de soberania e credibilizar a jovem e conturbada democracia guineense.

Neste processo, há ainda uma terceira perspectiva, que considera pouco hábil e corajosa a postura assumida pela SC, quando decidiu pautar por um discurso equilibrado, perdendo assim a possibilidade de redefinir o seu campo de acção, devido

⁵⁸ Órgão de consulta do presidente da República de Transição e responsável pelo derrube do ex-presidente Kumba Yalá.

⁵⁹ Esta medida abrangeu, igualmente, militares anteriormente afastados, afectos às alas de “Nino” Vieira e de Ansumane Mané, sem nenhum tipo de reconhecimento e sem responsabilização.

⁶⁰ Importa dizer que, para o concurso ao mais alto cargo da magistratura guineense, o Supremo Tribunal da Justiça registou 21 intenções, das quais 13 disputaram a primeira volta das eleições.

ao envolvimento de alguns dos seus membros nos partidos políticos e apoiantes dos candidatos, e conseqüentemente demarcar-se claramente da imagem que, estas organizações servem de “*trampolim para política*”.

O desenrolar da campanha eleitoral e a conseqüente vitória na segunda volta do candidato independente João Bernardo “Nino” Vieira sobre Malam Bacai Sanha⁶¹, despertou e desviou as atenções e motivações da promoção do desenvolvimento para a gestão de conflitos: a lógica e a linguagem do desenvolvimento cederam lugar à lógica e à linguagem belicista, de conspirações e de divisionismo.

O sentimento de pertença étnica foi ainda mais exacerbado, em particular relativamente às etnias maioritárias (animistas e islamizadas), com elevado peso na vida económica e cultural e/ou na história da Luta Armada de Libertação Nacional. Muitos políticos aproveitaram-se desta situação para sua própria promoção, abrindo velhas feridas, libertando fantasmas há muito exorcizados pelos guineenses e pondo em perigo a unidade nacional.

⁶¹ Apoiado pelo partido no governo e vigorosamente pelo 1º Ministro, Carlos Gomes Jr, recusaram os resultados eleitorais. Por sua vez, o candidato derrotado ainda continua a recusar, mesmo após o empossamento do presidente eleito.

PARTE V

OS CENÁRIOS DO FUTURO PRÓXIMO

Neste ponto vamos tentar compreender os resultados das eleições de 2005 e esboçar cenários futuros de comportamento eleitoral a partir de três hipóteses de desenrolar da situação política, partindo dos elementos de base da composição etária, da instrução da população e da manutenção de uma alta taxa de participação em eleições.

A Guiné-Bissau vai ser ainda durante muitos anos, por um lado caracterizada pela instabilidade interna, e por outro lado continuar a ser um país altamente dependente do exterior, não só no plano económico e financeiro mas também nas componentes política, social, institucional e militar.

O Estado de Direito e as instituições democráticas na Guiné-Bissau, embora existam formalmente, funcionam com dificuldade e estão sob ameaça constante, quer das Forças Armadas quer dos movimentos políticos.

A interdependência entre as crises internas no PAIGC e as crises nas Forças Armadas, constitui-se como uma das causas principais para o início do conflito, que atingiu proporções graves em 7 de Junho de 1998.

Ao nível regional, mantêm-se a instabilidade causada pela questão de Casamansa. A intervenção militar do Senegal e da Guiné-Conakry ao lado do Presidente Nino Vieira no conflito político-militar de 1998-1999, provocou mais relutâncias e desconfianças que têm sido difíceis de solucionar.

Constata-se claramente que a adesão à Comunidade Financeira Africana (Franco CFA), em 1997, não contribuiu para desenvolvimento do país, sobretudo porque esta decisão não foi acompanhada por outras medidas ao nível económico, em grande parte devido à fragilidade do Estado.

A instabilidade interna da Guiné-Bissau, política e militar, é potenciada pela dependência económica do país e nada do que se passa nos países vizinhos lhe é indiferente.

A situação social extremamente gravosa em que a população da Guiné-Bissau continua a viver é, como foi nos conflitos passados, um factor determinante para o eclodir de conflitos violentos.

Na Guiné-Bissau, a participação é encarada como um meio de prevenção do declínio da confiança e do sistema político-social, demonstrando um claro forcing

contra a desintegração social, através da vida associativa, permitindo deste modo o desenvolvimento harmonioso.

Então, se as associações são consideradas vitais para a democracia, porque é que a actual conjuntura do país tende a ser cada vez mais degradante? Desde logo, é importante dizer que a problemática da natureza e do papel de SC vem sendo debatida desde Tocqueville até aos nossos dias e é pouco consensual (Rosteutscher, 2000).

Mas ao retomar as questões de partida com base no desenvolvimento desta análise, pode-se afirmar que a necessidade de afirmação política dos actores da SC guineense na vida político-partidária, não foi e nem é uma visão partilhada no seu seio.

Este facto, é constatado tanto nas suas diversas filiações partidárias, como nas suas formas descontínuas de participação política, possibilitando automaticamente chegar a segunda constatação: até a formação do primeiro governo pós-conflito 1998/1999, a SC na Guiné-Bissau não funcionou como “campo de treino para a política activa e partidária”, mas sim como um “campo da democracia”. Ou seja, embora poucas assumiam um discurso político (ou publicamente tímida), os objectivos e acções destas, enunciavam claramente protestos da ausência do estado e de inexistência de projecto político, a longo prazo, por parte dos partidos.

Agora, outro aspecto empírico que deve ser tomado em consideração é o papel das “eleições presidenciais”. No desenho das (novas) configurações, esta variável teve e continua a ter um papel central, quer do ponto de vista do número de candidatos concorrentes, que vem aumentando de eleição à eleição, quer também ao nível da participação popular na campanha política e no exercício do voto (CNE, 1994, 1999, 2005).

Se nas eleições legislativas de 2004, foram eleitos para a ANP figuras pertencentes à SC, constituindo deste modo uma “pequena erupção”⁶² ao nível parlamentar, foi mais uma vez as eleições presidenciais que mobilizou maior número de protagonistas, embora desta vez, não houve nenhum candidato “puro” da SC, os posicionamentos à volta das várias candidaturas, complexificou as relações, alianças, estratégias e cumplicidades no seu seio e da sociedade em geral.

Neste sentido, começa-se a questionar o papel destes actores, enquanto agentes principais das transformações históricas, na medida que começou a dar sinais que não combatem o “poder dominante”, mas parecem visar unicamente “transformar algumas relações de força” ou vastos mecanismos particulares de decisão.

As determinantes do comportamento eleitoral que identificámos nos pontos anteriores foram:

- a componente de longo prazo – o Kaabu
- a componente de médio prazo – a luta pela independência
- a componente estrutural - as etnias

⁶² Destaca-se a eleição do presidente da maior central sindical (UNTG) para a bancada parlamentar do partido vencedor das eleições, técnicos de ONG's, e ainda recrutamento para o governo de figuras afectos à IC (Barros, 2004).

- o objectivo de desenvolvimento
- o objectivo da paz

Quanto ao primeiro julgamos que tem importância para o voto de equilíbrio entre os dois grandes grupos que combateram pelo domínio do país. Pensamos que o candidato que consegue transmitir a mensagem de saber melhor manter esse equilíbrio, é Nino Vieira. Não só porque não faz parte das etnias principais envolvidas nessa guerra, não estando por isso sujeito a apreciações com origem em costumes e hierarquias históricas ou étnicas, mas também porque, em alturas em que exerceu poder, soube distribuir cargos contemplando os dois lados na contenda.

Quanto ao segundo critério, mais uma vez Nino Vieira capitaliza melhor do que os dois restantes candidatos a luta pela independência e a afirmação do domínio guineense no país em 1980. E se Malam Bacai Sanhá também se pode reclamar dessa herança, não consegue atingir os níveis de identificação de Nino Vieira junto do eleitorado para quem esse critério é importante.

Quanto ao critério étnico os analistas guineenses atribuem a Koumba Yalá a maior capacidade de mobilizar eleitorado segundo esse critério, excepto no que respeita à pequena etnia papel fiel ao voto em Nino Vieira. Mas se considerarmos que nenhuma etnia na Guiné – Bissau prefaz 50 % da população esse critério tem importância mas não é decisivo. De qualquer forma o candidato Koumba Yalá é dos três aquele cujos votos podem ser explicados em parte pelo desejo da sua etnia balanta ter alguém próximo no poder.

O objectivo do desenvolvimento é o critério que coloca qualquer dos candidatos em posição muito negativa para a definição de voto, com realce para Nino Vieira que esteve mais tempo no poder e portanto tem maiores responsabilidades na degradação das condições de vida da população. Poder-se-á considerar que Malam Bacai Sanhá foi dos três candidatos aquele menos penalizado pela incapacidade de conseguir esse objectivo, dado o caos que Koumba Yalá instalou no seu tempo de exercício da presidência, depois de ter ganho em 1999 claramente por um comportamento eleitoral contra o poder do partido que não consegue desenvolver o país desde a independência. Será esse o critério que coloca Malam Bacai Sanhá em maior igualdade na disputa com Nino Vieira nas eleições de 2005.

O objectivo de manutenção da paz julgamos que é dominada pela percepção que os eleitores tenham de qual o candidato que melhor consegue estabelecer acordos com os militares no activo de não intervenção fora dos quartéis. E, mais uma vez, Nino Vieira, é o candidato mais capaz de responder a esse critério, ainda que os métodos possam ser reprovados pela sociedade civil e política.

Quanto aos cenários do futuro próximo sugerimos uma tipologia de comportamento eleitoral definida por três evoluções possíveis:

... a estabilidade ...

Onde o Presidente eleito acorda um governo com o Partido maioritário no Parlamento – o PAIGC - seja qual for a evolução de tendências dentro do mesmo, e

consegue que os militares se mantenham nos quartéis. A normalidade dos períodos eleitorais, as verbas da Comunidade Internacional, o perdão da dívida externa no âmbito da iniciativa HIPC e de acordos bilaterais, para ajuda ao desenvolvimento, influenciariam o voto no sentido de o actual presidente cumprir pelo menos mais um mandato.

Caberá neste cenário a capacidade ou incapacidade do Presidente eleito para manejar estratégias e instrumentos na “gestão das personalidades e interesses”, não só dos que representam os poderes já instituídos que o confrontou nas urnas, mas principalmente, os que apoiaram a sua eleição em troca de compensações (membros de sectores bastantes díspares da vida política guineense, e ainda sem menosprezo, aos que externamente financiaram a sua candidatura ao nível sub regional e ainda Portugal e França).

... a instabilidade controlada...

Se o Presidente conseguir um compromisso PAIGC + PRS para formar governo de membros desses partidos ou de personalidades indicadas pelo próprio presidente, terá uma governação instável e que durará menos tempo que a legislatura. Neste cenário o parlamento teria um comportamento de fachada pois as decisões seriam sempre tomadas entre as direcções partidárias, o primeiro ministro próximo do presidente e o próprio. Se a este acordo for acrescentado um compromisso de paz com as chefias militares, teremos uma posição dúbia da comunidade internacional, com os dois únicos países que têm interesses na área – França e Portugal – a manterem a sua presença na cooperação mas com os restantes e as organizações multilaterais a libertarem verbas de ajuda ao desenvolvimento sempre em processos de curto prazo, sujeitos em cada momento à suspensão pela evolução da estabilidade social e política. Tal cenário determinaria que o comportamento eleitoral aumentasse a volatilidade podendo com facilidade os eleitores votarem em personalidades oriundas da sociedade civil não partidária, que conseguissem transmitir a imagem de serem capazes de criar um nível de desenvolvimento e paz maior.

... caos suicidário...

Se o presidente não conseguir qualquer acordo com o PAIGC e formar um governo de sua iniciativa, tornando o Parlamento irrelevante, e governando com base num acordo com as chefias militares, terá a comunidade internacional ausente (com excepção da França e de Portugal), uma sociedade civil a desenvolver cada vez mais processos de autonomia em relação ao Estado, e um falhanço nos processos de desenvolvimento. Tal falha levará a golpes de Estado mais ou menos conflituosos, e a suspensão de eleições legislativas (ou à sua realização fraudulenta), mesmo se o presidente conseguisse influenciar um partido para o apoiar, pois uma participação eleitoral muito alta torna o comportamento eleitoral difícil de influenciar por expedientes ou medidas pontuais.

ANEXO 1

Resultados das eleições presidenciais primeira e segunda volta, 1994, 1999, 2005

Candidatos	Ordenação						Votos válidos					
	1994		1999		2005		1994		1999		2005	
	I	II	I	II	I	II	I	II	I	II	I	II
Malam Bacai Sanha	-	-	2º	2º	1º	2º	-	-	86.724	97.670	158.276	196.759
João Bernardo Vieira Nino	1º	1º	-	-	2º	1º	142.577	161.083	-	-	128.918	216.167
Koumba Yala	2º	2º	1º	1º	3º	-	67.518	148.664	143.996	251.193	111.606	-
Domingos Gomes Fernandes	3º	-	-	-	-	-	53.825	-	-	-	-	-
Carlos Domingos Gomes	4º	-	-	-	-	-	15.645	-	-	-	-	-
François Kankoia Mendy	5º	-	-	-	-	-	8.645	-	-	-	-	-
Bubacar Rachid Djaló	6º	-	7º	-	-	-	8.506	-	12.026	-	-	-
Victor Saúde Maria	7º	-	-	-	-	-	6.388	-	-	-	-	-
Antonieta Rosa Gomes	8º	-	12º	-	12º	-	6.509	-	2.986	-	1.642	-
Salvador Tchongo	-	-	9º	-	-	-	-	-	6.937	-	-	-
Faustino Imbali	-	-	3º	-	10º	-	-	-	30.484	-	2.330	-
Joaquim Balde	-	-	8º	-	-	-	-	-	8.623	-	-	-
Abubacar Balde	-	-	6º	-	-	-	-	-	20.192	-	-	-
José Catengul Mendes	-	-	10º	-	-	-	-	-	5.311	-	-	-
João Tatis Sá	-	-	5º	-	13º	-	-	-	24.117	-	1.378	-
Fernando Gomes	-	-	4º	-	-	-	-	-	26.049	-	-	-
Mamadu Uri Balde	-	-	11º	-	-	-	-	-	3.580	-	-	-
Francisco Fadul	-	-	-	-	4º	-	-	-	-	-	12.733	-
Aregado Manteque Té	-	-	-	-	5º	-	-	-	-	-	9.000	-
Iaia Djaló	-	-	-	-	6º	-	-	-	-	-	7.112	-
Mário Lopes da Rosa	-	-	-	-	7º	-	-	-	-	-	4.863	-
Idrissa Djaló	-	-	-	-	8º	-	-	-	-	-	3.604	-
Adelino Mano Queta	-	-	-	-	9º	-	-	-	-	-	2.816	-
Paulino Empossa Ié	-	-	-	-	11º	-	-	-	-	-	2.015	-

Fonte: Resultados eleitorais, Comissão Nacional de Eleições, República da Guiné - Bissau

ANEXO II

Resultados das eleições eleitorais por regiões na segunda volta, 1994, 1999 e 2005

Tombali	1994		1999		2005
Nino Vieira	9.510		n		14.091
Malan Bacai Sanhá	n		7.710		11.045
Koumba Yalá	12.570		16.671		n

Quinara	1994		1999		2005
Nino Vieira	8.490		n		6.608
Malan Bacai Sanhá	n		7.529		10.437
Koumba Yalá	6.067		8.059		n

Oio	1994		1999		2005
Nino Vieira	19.565		n		27.432
Malan Bacai Sanhá	n		20.772		31.570
Koumba Yalá	31.843		40.665		n

Biombo	1994		1999		2005
Nino Vieira	14.261		n		24.043
Malan Bacai Sanhá	n		1.559		3.014
Koumba Yalá	4.771		17.859		n

Bolama	1994		1999		2005
Nino Vieira	9.925		n		7.901
Malan Bacai Sanhá	n		2.376		3.641
Koumba Yalá	878		5.191		

Bafatá	1994		1999		2005
Nino Vieira	24.985		n		28.189
Malan Bacai Sanhá	n		17.751		28.601
Koumba Yalá	116.740		30.143		n

Gabú	1994		1999		2005
Nino Vieira	24.265		n		29.920
Malan Bacai Sanhá	n		12.235		28.166
Koumba Yalá	14.236		29.273		n

Cacheu	1994		1999		2005
Nino Vieira	13.710		n		19.510
Malan Bacai Sanhá	n		6.402		21.467
Koumba Yalá	20.207		36.334		n

Bissau	1994		1999		2005
Nino Vieira	36.372		n		58.482
Malan Bacai Sanhá	n		21.336		58.818
Koumba Yalá	41.352		66.998		n

Fonte: Resultados eleitorais, Comissão Nacional de Eleições, República da Guiné - Bissau

BIBLIOGRAFIA

- Afonso, M.M. & Fernandes, A.P. (2005), *ABCD Introdução à Cooperação para o Desenvolvimento*, Lisboa, Portugal.
- Aguilár, R. (2001), *Bandim – subsídios para uma política de apoio ao pequeno negócio*, documentos & trabalhos, Coleção Lala Kema n.º 2, Bissau, Guiné-Bissau.
- Aniceto, A. & Matos Gomes, C. (1999), *Guerra Colonial*, Diário de Notícias, Lisboa, Portugal.
- Araújo, R. (2000), *Os Sistemas de Governo de Transição Democrática nos PALOP*, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Coimbra Editora, Coimbra, Portugal.
- Augel, J. & Cardoso, C. (1996), *A transição democrática na Guiné-Bissau e outros ensaios*, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP), Bissau, Guiné-Bissau.
- Barros, M. (2004), *A Sociedade Civil guineense face ao desenvolvimento e a consolidação da democracia: compromisso ou beco sem saída?*, Fórum DC, Lisboa, Portugal.
- Cabral, A. (1974), *Guiné-Bissau, nação africana forjada na luta*, Afrontamento, Porto, Portugal.
- Campbell, A.; Converse, P. E.; Miller, W. & Stokes, D. (1960), *The American voter*, John Wiley, New York, Estados Unidos.
- Carbone, G.M. (2005), *Partiti politici e sistemi di partito in Africa. Temi e prospettive di ricerca*, Università degli Studi di Milano, Congresso da Sociedade Italiana de Ciência Política, Cagliari, Itália.
- Cardoso, C. (1995), *A transição política na Guiné-Bissau: um parto difícil, em Lusotopie. Transitions libérales en Afrique Lusophone*, Karthala, Paris, França.
- Cardoso, C. (2002), *A Formação da Elite política na Guiné-Bissau*, Occasional Paper Series n.º 5, Centro de Estudos Africanos, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), Lisboa, Portugal.
- Castanheira, J. P. (1995), *Quem Mandou Matar Amílcar Cabral?*, Relógio de Água Editores, Lisboa, Portugal.
- CIA (2005), *The World Factbook – Guinea-Bissau*, on line.
- Costa, F. M. & Falé, N. (1992), *Guia Político dos PALOP*, Editorial Fragmentos/Fundação de Relações Internacionais, Lisboa, Portugal.
- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP (2004), *Estatísticas da CPLP 2004*, CD editado pelo Secretariado Executivo da CPLP, Lisboa, Portugal.
- Djaló, T. (2000), *Lições e legitimidade dos conflitos políticos na Guiné-Bissau*, Soronda Revista de Estudos Guineenses, Número Especial 7 de Junho, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP), Bissau, Guiné-Bissau.
- Downs, A. (1957), *An economic Theory of Democracy*, Harper & Row, New York, Estados Unidos.
- Fernandes, R. M. (1993), *Partido único e poderes tradicionais*, Soronda, n.º 16, INEP, Bissau, Guiné-Bissau.
- Ferree, K. (2005), *The Social Origins of Electoral Volatility in Africa*, Department of Political Science, University of California, San Diego, Estados Unidos.
- Ferreira, P.M. (2005), *Short Commentary on Guinea-Bissau's Presidential Elections: "Óra ta tchiga" (It's time)*, Institute for Security Studies, on line.
- Freire, A. (2001), *Modelos de Comportamento Eleitoral: uma breve introdução crítica*, Celta, Oeiras, Portugal.
- Gaillard, G. (1999), *Guinée-Bissau – Un pas douloureux vers la démocratie*, in *Afrique Contemporaine*, n.º 191, Paris, França.

- Guerra, J. P. (1994), *Memória das Guerras Coloniais*, Edições Afrontamento, Porto, Portugal.
- Hugon, P. (1999), *A Economia de África*, Editora Vulgata, Lisboa, Portugal.
- Instituto Nacional de Estatística - INE (1998), *Estatísticas da CPLP*, Lisboa, Portugal.
- Koudawo, F. (1994), *Eleições e lições*, Cadernos Lus Bin, Kusimon editora, Bissau, Guiné Bissau.
- Koudawo, F. & Mendy, P.K. (1996), *Pluralismo político na Guiné-Bissau, uma transição em curso*, INEP, Bissau, Guiné-Bissau.
- Koudawo, F. (2001), *Cabo Verde e Guiné-Bissau: da Democracia Revolucionária à Democracia Liberal*, Coleção “KACU MARTEL”, Série Ciências Sociais, n.º 14, INEP, Bissau, Guiné-Bissau.
- Kuenzi, M. & Lambright, G. (2001), *Party System Institutionalization in 30 African Countries*, in *Party Politics*, Vol. 7, N.º 4, Sage Publications, London, Reino Unido.
- Lipset, S. M. (1968), *O homem político*, Zahar, Rio de Janeiro, Brasil.
- Lipset, S.M. & Rokkan, S. (1967), *Cleavage structures, Party Systems and Voter Alignments: an introduction*, in Lipset and Rokkan (eds), *Party Systems and Voter Alignments*, Free Press, New York, Estados Unidos.
- Lopes, C. (1999), *Kaabundé – Espaço, território e poder na Guiné – Bissau, Gâmbia e Casamance pré – coloniais*, Afrontamento, Porto, Portugal.
- Lopes, C. (1987), *A Transição Histórica na Guiné-Bissau: do Movimento de Libertação Nacional ao Estado*, Coleção “KACU MARTEL”, INEP, Bissau, Guiné-Bissau.
- Lopes, C. (1988), *Para uma leitura sociológica da Guiné-Bissau*, INEP, Bissau, Guiné-Bissau.
- Machado, F. (2002), *Contrastes e continuidades: Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*, Celta Editora, Oeiras, Portugal.
- Mendy, P.K. (1994), *Colonialismo português em África: a tradição de resistência na Guiné-Bissau (1879-1959)*, INEP, Bissau, Guiné Bissau.
- Moita, L. e L.Teotónio Pereira (1976), *Guiné-Bissau: 3 anos de independência*, África em Luta 2, CIDAC, Lisboa, Portugal.
- Monteiro, A.I. (1996), *O Programa de Ajustamento Estrutural na Guiné-Bissau: Análise dos efeitos Sócio-Económicos*, Edições “KACU MARTEL”, INEP, Bissau, Guiné-Bissau.
- Mozaffar, S. & Scarritt, J.R. (2005), *The puzzle of African party systems*, in *Party Politics*, Vol. 11, N.º 4, Sage Publications, London, Reino Unido.
- Niane, D.T. (1989), *Histoire des Mandingues de l’ Ouest*, Karthala – Arsan, Paris, França.
- Nóbrega, A.C. (2001), *A luta pelo poder no PAIGC: a conflitualidade e as crises de liderança*, Tese, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), Lisboa, Portugal.
- Nóbrega, A.C. (2005), *O Comportamento Eleitoral dos Islamizados da Guiné-Bissau*, Lisboa, Portugal.
- Organização Internacional do Trabalho - OIT (2003), *A Luta contra a Pobreza e a Exclusão Social em Portugal. Experiências do Programa Nacional de Luta contra a Pobreza*, BIT/STEP, on line.
- Organização das Nações Unidas - ONU (2004), *Relatório sobre os Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento na Guiné-Bissau*, Bissau, Guiné-Bissau.
- ONU (2005), *Relatório do Desenvolvimento Humano 2005*, PNUD, Lisboa, Portugal.
- Pedersen, M.N. (1979), *Electoral Volatility*, in *The Dynamics of European Party Systems: changing patterns of Electoral Volatility*, European Journal of Political Research, VII (1), Kluwer Academic Publishers.

- Pélissier, R. (2001), *História da Guiné: Portugueses e Africanos na Senegâmbia 1841-1936*, volumes I e II, 2.^a Edição, Editorial Estampa, Lisboa, Portugal.
- Pereira, A. (2002), *Guiné-Bissau e Cabo Verde – Uma Luta, Um Partido, Dois Países*, Editorial Notícias, Lisboa, Portugal, 303 pp.
- Plataforma Portuguesa das ONGD (2000), *O Alargamento da União Europeia e os desafios das relações Norte-Sul*, Lisboa, Portugal.
- Rosteutscher, S. (2000), *Democracia Associativa: as instituições voluntárias como campo de treino para a democracia?*, em VIEGAS, José Manuel Leite, DIAS, Eduardo Costa, *Cidadania, integração, globalização*, Celta, Oeiras, Portugal.
- Rudebeck, L. (1997), *Buscar a felicidade: democratização na Guiné-Bissau*, em *Lala Kema*, N.º1, INEP, Bissau, Guiné-Bissau.
- Rudebeck, L. (2001), *Colapso e reconstrução política na Guiné-Bissau 1998–2000, Um estudo de democratização difícil*, Nordiska Afrikainstitutet, Uppasala, Suécia.
- Sambu, Q. (1989), *Ordem para Matar – Dos Fuzilamentos ao Caso das Bombas da Embaixada da Guiné*, Edições Referendo, Lisboa, Portugal.
- Sangreman, C. (2003), *As políticas de ajustamento e o bem-estar das famílias, na cidade de Bissau, na República da Guiné-Bissau, no período de 1986–2001*, Tese, ISCTE, Lisboa, Portugal.
- Sangreman, C. et. al. (2003), *A Metodologia do estudo da Pobreza através da evolução dos níveis de vida em Bissau – 1986/1991 (com referências a 1993)*, Documento de Trabalho, n.º 64, CEAs, Lisboa, Portugal.
- Santos, B. S. (1994), *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. Afrontamento, Porto, Portugal.
- Santos, M. dos (1989), *Guiné-Bissau: a formação da Nação*”, in *A construção da Nação e África, Os exemplos de Angola, Cabo Verde, Guiné – Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe*, Colóquio INEP/CODESRIA/UNITAR, Bissau, Guiné-Bissau.
- Sen, A. (1999), *Pobreza e Fomes: um ensaio sobre direitos e privações*, Terramar, Lisboa, Portugal.
- Sen, A. (2003), *O Desenvolvimento como Liberdades*, Gradiva, Lisboa, Portugal.
- Serrão, J.V. (1986), *História de Portugal, volume IX (1851-1890)*, Edições Verbo, Lisboa, Portugal.
- Silva, M.C.N. (2001), *Lógicas pessoais & Estado burocratizado alargado: dinâmicas de transição na Guiné-Bissau*, em *Populações, Ambiente e Desenvolvimento em África*, Barata, Ó. S., Piepoli, S. F. (coord), ISCSP, Lisboa, Portugal.
- Solidami (1991), *A Problemática da Emergência de ONG`s Nacionais nos PALOP: 1ª Reunião dos «Cinco»*, Lisboa, Portugal.
- Thomson, A. (2004), *An Introduction to African Politics*, 2nd Edition, Routledge, New York, Estados Unidos..
- Touraine, A. (1965), *Sociologie de l’action*, Seuil, Paris, França.
- Touraine, A. (1984), *O retorno do Actor: ensaio sobre a sociologia*, Instituto Piaget, Lisboa, Portugal.
- Zamora, I. (2001), *Guiné – 24 Anos de Independência (1974-1998)*, Hugin Editores, Lisboa, Portugal.
- Zeverino, G. & Castelo Branco, L., (2000), *Guiné-Bissau – A Missão de Observação Eleitoral Internacional 1999/2000. A Participação Portuguesa*, Instituto da Cooperação Portuguesa, Lisboa, Portugal.
- Zeverino, G., (2005), *O Conflito Político-Militar na Guiné-Bissau (1998-1999)*, Tese, Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), Lisboa, Portugal.

SITES e BLOGs

BBC Africa, edição on-line, 11/06/1999.

Africanidades

<http://www.cia.gov/cia/publications/factbook/geos/pt.html>

[http:// www.acep.pt](http://www.acep.pt)

JORNAIS

- Jornal *Banobero*, n.º 47, 10/02/1998.
- Jornal *Banobero*, n.º 53, 22/05/1998.
- Jornal *Diário de Bissau*, n.º 137, 08/04/1998.
- Jornal *Diário de Notícias*, n.º 47255, 09/08/1998.
- Jornal *Público*, n.º 2607, 02/05/1997.

O CEsA

O CEsA é um dos Centros de Estudo do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, tendo sido criado em 1982.

Reunindo cerca de vinte investigadores, todos docentes do ISEG, é certamente um dos maiores, senão o maior, Centro de Estudos especializado nas problemáticas do desenvolvimento económico e social existente em Portugal. Nos seus membros, na maioria doutorados, incluem-se economistas (a especialidade mais representada), sociólogos e licenciados em direito.

As áreas principais de investigação são a economia do desenvolvimento, a economia internacional, a sociologia do desenvolvimento, a história africana e as questões sociais do desenvolvimento; sob o ponto de vista geográfico, são objecto de estudo a África Subsariana, a América Latina, a Ásia Oriental, do Sul e do Sudeste e o processo de transição sistémica dos países da Europa de Leste.

Vários membros do CEsA são docentes do Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional leccionado no ISEG/"Económicas". Muitos deles têm também experiência de trabalho, docente e não-docente, em África e na América Latina.

Os autores

CARLOS EDUARDO SANGREMAN

(Prof. Auxiliar na Universidade de Aveiro e Investigador no Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento do Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa)

FERNANDO SOUSA JÚNIOR

(Mestre e técnico superior no Gabinete para a Cooperação do Ministério do Trabalho e Solidariedade Social)

GUILHERME JORGE RODRIGUES ZEVERINO

(Mestre e técnico superior no Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento do Ministério dos Negócios Estrangeiros)

MIGUEL MARCOS JOSÉ DE BARROS

(Estudante guineense de sociologia no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresa)

Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento

Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG/"Económicas")
da Universidade Técnica de Lisboa

R. Miguel Lupi, 20 1249-078 LISBOA PORTUGAL
Tel: ++ / 351 / (0)21 392 59 83 Fax: [...] 21 397 62 71 e-mail: cesa@iseg.utl.pt
URL: <http://www.iseg.utl.pt/cesa>